



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1984.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basilio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Ugudo, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Líder do PDS, indica o nome dos Senhores Deputados: Fuad Nacli e Jorge Maia Filho para substituírem os Senhores Deputados: Jorge Maia Filho e Tuguio Setogutte, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, na Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá estudar irregularidades do "Jogo do bicho".

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Atendendo solicitação dessa Presidência, informamos a Vossa Excelência os Deputados do PMDB que comporão a Comissão Especial de Reforma à Constituição:

Titulares: - Deputado Dirceu Manfrinato

- Deputado Rubens Bueno

- Deputado Djalma de Almeida César

Suplente: - Deputado Nelson Vasconcellos.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da nossa estima e apreço.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados infra-assinados, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS., indicam os nomes dos seguintes Senhores Deputados destes Partidos para integrarem a Comissão Especial que irá a Brasília solicitar urgência no julgamento do Jornalista Juvêncio Mazzarollo, pelo Supremo Tribunal Militar.

Deputados do PMDB: Paulo Furiatti, José Antônio Fonseca e Tadeu França.

Deputados do PDS: Edgard Pimentel e Odeni Mongruel.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1984

(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PMDB

Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador LUÍS RENATO PEDROSO, DD. Corregedor da Justiça, apresentando-lhe congratulações pelas imediatas providências tomadas pela Corregedoria com relação ao problema de adoção de menores em nosso Estado, através dos Provimentos nºs 349 e 350.

Sala das Sessões. 04 de abril de 1984

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Fato público e notório, o que a imprensa vem dando destaque nos últimos dias: o problema do tráfico de crianças vem tomando vulto, causando séria preocupação ao povo paranaense e brasileiro.

Assim, no âmbito da Justiça do Estado, foram tomadas imediatas providências visando coibir fraudes no que diz respeito ao Código de Menores e ao Processo de Adoção, o que merece, sem dúvida, o aplauso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, objetivando a imediata informação sobre as denúncias de corrupção ocorridas no FUNRURAL, localizado na Municipalidade de PEABIRU.

No dia 22 de dezembro de 1983, ocupei a tribuna desta Assembléia Legislativa, no Pequeno Expediente, para relatar as acusações feitas ao Senhor FELÍCIO MARINO

PAZIAN, chefe do FUNRURAL, quanto às cobranças de "honorários" de pessoas que buscavam o escritório daquele órgão, solicitando sua aposentadoria. As chamadas "taxas" extras, foram instituídas por aquele chefe, provocando a existência de vários casos, destacando no entanto, a queixa policial realizada pela Senhora SUZANA BORISTA PAULINO, por ter pago a importância de Cr\$ 40.000,00, quando da entrega do seu carnê de aposentadoria.

O conhecimento público de tais procedimentos tendenciosos, merecem ampla e inédita divulgação da "GAZETA DO CENTRO OESTE", periódico de grande circulação da região do Município de CAMPO MOURÃO, cujo órgão tem se colocado sempre atento a qualquer tipo de atividade menos escrupulosa, tendo por muitas vezes, contribuído à normalização administrativa em qualquer nível, o que inclusive permitiu nossa postura ante aos acontecimentos ora discorridos.

É imprescindível que este Ministério encaminhe urgentemente as informações ora reivindicadas, e mais do que isto, adote (se não o fez) medidas capazes de apurar as denúncias formuladas, assim como outros fatos que possivelmente possam existir.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR- Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo informações quanto à participação da citada companhia de Saneamento, nos trabalhos da recuperação da bacia do Rio do Campo, manancial hídrico em Campo Mourão.

O Jornal "FOLHA DE LONDRINA", publicou em sua edição do dia 25 de março, domingo (página 35), matéria jornalística de sua sucursal localizada no Município de CAMPO MOURÃO, sob o título: "Ajuda da FAO, ficou na promessa".

Em determinado ponto da redação da referida notícia, constava o seguinte trecho, transcrito aqui na íntegra: "O que tem causado estranheza em CAMPO MOURÃO é a omissão da SANEPAR, que nunca participou da recuperação do manancial. Os líderes do movimento da defesa do meio ambiente citam inclusive a Emenda nº 3 da Constituição do Estado, datada de 19 de abril de 1978, que no seu artigo 127, parágrafo X, afirma: "O Estado procurará desenvolver e fortalecer as fontes de produção por meio da organização de serviços especializados de reflorestamento, florestamento, produção à fauna, combate à erosão e à poluição dos rios..."

Está bem claro que as lideranças do Movimento de Defesa do Meio Ambiente (que aliás compoem os segmentos mais importantes da coletividade mourãoense) reclamam daquilo que consideram imprescindível na revitalização do referido manancial, por parte de todos, incluindo neste contexto, também a SANEPAR.

Em razão de tal publicação por parte daquele conceituado jornal diário, torna-se necessário que esta Secretaria de Estado do Interior e a Sanepar, conjuntamente realizem tais esclarecimentos ora mencionados. Devendo ainda (se não houver) desenvolver estudos profundos para analisar a possibilidade de se traçar metas que condicionem na recuperação e preservação do RIO

DO CAMPO, cuja importância vai além do Município de CAMPO MOURÃO mais em muitos outros existentes.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Deputado Rubens Bueno, Presidente da "Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades administrativas", o mais veemente apelo no sentido de que se dê a máxima urgência para apuração de fatos que envolvem a BANESTADO Reflorestadora, haja vista o vulto que vem tomando as denúncias sobre irregularidades ali ocorridas.

REQUER, outrossim, para um perfeito esclarecimento dos fatos, sejam ouvidas as seguintes pessoas:

- Antonio José Santana Lobo;
- Acir Macedo Guimarães;
- Paulo Roberto Cordeiro;
- Ralf Piper;
- Oney Bassetti;
- Fernão Acioli Rodrigues da Costa;
- Bernardete Vitola;
- Cel. Buridau de Paula Xavier e
- Waldetas Moura Dias

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA: (Documentos anexos)

BANESTADO : TÉRCIO ANALISA DENÚNCIAS

23.03.84

"O ESTADO DO PARANÁ"

O Deputado Tércio Albuquerque, do PDS, quer esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na BANESTADO Reflorestadora. Segundo o Deputado, há indícios de desvio de materiais e equipamentos, como de condicionadores de ar, e, "o que é mais grave, a venda, abaixo do preço, de gado bovino e ovino, além de favorecimento a empreiteiras". O representante de Foz do Iguaçu na Assembléia afirma que o Governo não pode "agir como se fosse dono do Banestado, sem prestar contas à população paranaense de seus atos". O deputado diz que as denúncias são feitas e nenhuma medida é tomada para coibir os possíveis abusos e malversação do dinheiro do povo paranaense". Tércio quer que os esclarecimentos sejam feitos com urgência, para que não parem dúvidas sobre a administração da Reflorestadora.

ANIMAIS VETERINÁRIA

28.03.84

"GAZETA DO POVO"

Gato Siamês - Elegante, pêlo e miado macios, unhas polidas, de boa filiação mas de melhor apadrinhamento, adora ar condicionado mas só dorme em tronco de imbuia, agrada a governanta e é amigo do homem. No reino animal prefere o garanhão mas arrepiase na presença do lobo. Pertenceu ao Conglomerado, mas quebrou o jarro. Atende pelo nome de "Boneca" e foi premiado com um novo ninho na Sanepar. Interessados falar c/PAULO CORDEIRO. 234-1233.

PMDB USA TIMBRE
DO PDS

29.03.84

"INDÚSTRIA & COMÉRCIO"

Estamos ingressando a um só tempo no terreno da galhofa mas também da infâmia e da calúnia como método. E tem-se a impressão que o ponto maior de uma ruptura é a intimidade do PMDB que afinal funciona como sucedâneo no PDS, aqui no Paraná sem vocação para o governo que desvirtuou e sem ajuste na oposição. As rachaduras na intimidade do próprio governo são mais acentuadas do que as detectadas nas paredes desse monstro que é o Edifício Castelo Branco, uma espécie de samba do crioulo doido do autor sambódromo. Como Richa procura cautelas extremas quando lhe trazem denúncias ou lhe colocam diante de um conflito, buscando uma elasticidade no tempo visando a absorção das crises locais, a luta começa a perder a esportividade e mergulhar na sordidez. Ontem um pequeno anúncio classificado na Gazeta do Povo, quase em linguagem cifrada atingia um servidor de segundo escalão pertencente a uma das mais conseqüentes e sobretudo competentes facções do partido. Ao mesmo tempo circulam pela cidade mensagens apócrifas com papel timbrado do PDS - o que é uma grosseira empulhação, pois seria inconcebível que o partido oposicionista denunciasse a si mesmo - visando dois secretários de Estado. ligatíssimos a José Richa, no caso o da Indústria e Comércio e o de Finanças. É acusada até a tentativa de venda da Reflorestadora do Banestado através justamente dos homens da Valtec e da Plantec. Muitas das questões pinçadas são verdadeiras como a da hibernação dos créditos em liquidação no Banestado, que não autorizam contudo ilações necessariamente comprometedoras, porque encontrarão, a seu tempo, a solução. Fala-se também, - e isso corre à boca pequena - na extinção da Rio Branco Seguros, Capital do Bamerindus e Banestado, por pressão de grupos externos. Isso, aliás é visível no estrilo da corporação dos corretores. Diz-se, porém, na denúncia que gente do governo estaria apoiando tal operação quando o que se sabe é justamente o contrário - o empenho de Garanhão, como coordenador da área, no respaldo prioritário a essa seguradora. Os dois episódios são tipicamente curitibanos na dimensão odiente que cerca o anonimato. A luta mesquinha pelo poder no partido e no governo é o que transborda dessa fossa negra, cujos miasmas começam a agredir os nossos sentidos. Na primeira crise do Banestado que culminou com a saída de Léo de Almeida Neves, na qual Garanhão saiu chamuscado com a hostilidade dos deputados, já se viu quanto o governo é vulnerável por sua própria composição a patrulhamentos radicais e a conflitos de intolerâncias. Acontece que não há monolitismo, como na ordem teocrática de Ney Braga e o caráter transitório da aliança com o PP, o setor mais funcionalmente apto a governar por deter um mínimo de "Know-how" e um máximo de "savoir faire", facilita a turbulência nessa estrutura de palafita. Se Richa não reagir seriamente contra o que está dizendo a respeito de irregularidades do seu governo não dá sequer para especular como estará o quadro paranaense e a sua própria imagem dentro de pouco. É preciso metabolizar atritos, superposições, aplinar arestas, mas quando começa a falar demais em negócios à sombra do governo e beneficiando grupos a ele ligados é preciso pelo menos acionar o desconfiômetro. Isso porém, não legitima ações cevadas na sujeira, ainda que se reconheça que neste País - e isso vale para o nosso Estado, pois os corruptos da gestão anterior, embora denunciados, não foram punidos - nada acontece nessa área. Vide o

pacote de roubalheiras federais, Capemi, Coroa-Brastel, e aqui episódios sacanas como o dinheiro entregue aos inadimplentes do Badep e do Banestado, especialmente a Servix que tomou 7 milhões e meio de dólares uma semana antes de ir para a cucuia.

LIMPEZA

30.03.84

"INDÚSTRIA & COMÉRCIO"

O Deputado Fiori Luiz (PMDB) pediu que o governo Richa coloque em pratos limpos as irregularidades que estão sendo denunciadas pelo PDS, envolvendo ex-diretor da Banestado Reflorestadora. Na sessão de ontem o pedessista Tércio Albuquerque leu o anúncio publicado em jornal da capital, sob o título "Gato Siamês".

**REFLORESTADORA:
GRAVE IRREGULARIDADE**

04.04.84

"JORNAL DO ESTADO"

"Existem irregularidades muito sérias na Reflorestadora Banestado, oriundo da gestão anterior", declarou ontem, em visita que fez à redação do JORNAL DO ESTADO, o Senhor Paulo Cordeiro, Vice-Presidente da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais e ex-diretor técnico daquela instituição. Sobre a sua saída da Reflorestadora o Senhor Paulo Cordeiro afirmou que "eu pedi demissão, não fui exonerado. Pedi demissão depois de proceder a um levantamento das irregularidades da empresa e que são do conhecimento do Governador José Richa, do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, e do próprio Presidente da Reflorestadora, Senhor Antonio Lobato Netto".

Adiantou o Senhor Paulo Cordeiro que as irregularidades levantadas por ele, "embora não concluídas, eu as passei ao Departamento Jurídico da Reflorestadora, que acredito deva estar dando prosseguimento ao caso". Disse também que em nenhum momento sofreu qualquer tipo de pressão para deixar aquela instituição e dela continuar funcionário - Trabalha há 9 anos - , "apenas aceitei um convite da Sanepar e lá começo a trabalhar no próximo dia 11, assumindo a chefia da Coordenadoria de Preservação de Mananciais".

ASSEMBLÉIA

O Sr. Paulo Codeiro afirmou que "por injunções política, o Deputado Tércio Albuquerque, do PDS, denunciou a minha saída como um fato provocado por irregularidades, coisa que não aconteceu. Eu o procurei e depois das explicações tudo voltou ao normal. Tanto assim que o parlamentar vai propor a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a fim de apurar o que se passa na Reflorestadora Banestado, por culpa de nossa gestão anterior. É preciso observar que o deputado é do PDS e vai pedir uma CPI para apurar irregularidades de correligionários".

SIGILO

O engenheiro florestal afirma que tudo vem sendo levantado de maneira sigilosa, para evitar a possibilidade de um corte de recursos por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), caso os problemas técnicos e financeiros fossem levados ao conhecimento público". O ex-diretor técnico da Reflorestadora Banestado adiantou ainda que "após as denúncias feitas na Assembléia Legislativa pelo Deputado Tércio Albuquerque, o próprio Secretário Erasmo Garanhão foi até aquela Casa de Leis e explicou aos deputados que eu estava deixando a instituição porque queria".

Quanto à publicação do anúncio no jornal "GAZETA

DO POVO", Paulo Cordeiro explica que "o próprio Governador José Richa mandou investigar sua procedência e já tem em mãos o nome do autor". Paulo Cordeiro, por último, diz que continua à disposição da Reflorestadora Banestado, principalmente do seu Departamento Jurídico, para apresentar "as provas das irregularidades que eu levantei e que são muito graves.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recurso financeiro para a construção de uma quadra de esporte devidamente fechada em suas laterais e com cobertura para a Municipalidade de Roncador.

Em reunião realizada no dia 16 de março do ano em curso, o Legislativo Municipal aprovou REQUERIMENTO de autoria do nobre Vereador HUGO DARCI BARTH, em caráter verbal, solicitando verbas para a construção de uma quadra onde deverá se desenvolver a prática do desporto. Naquela ocasião, o nobre Vereador anteriormente citado, teceu comentários quanto ao incentivo pretendido pelos governos, no que se refere ao setor esportivo, tais iniciativas tem seu desenvolvimento prático para o Município de Roncador.

Em face de tal pedido, oriundo daquela Casa de Leis, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, um posicionamento que assegure o que ora é discorrido, pois o mesmo vem de encontro não apenas com a aprovação do REQUERIMENTO do nobre Vereador HUGO DARCI BARTH, mas do conjunto da sociedade roncadorenses, notadamente o segmento da juventude.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que, através da Secretaria de Estado da Administração, seja avaliada a possibilidade de instituição no Estado do Paraná, aos Servidores Públicos do Estado, a licença prêmio em forma de pecúnia.

Tal solicitação, da mais pura Justiça, prende-se ao fato de favorecer àqueles funcionários que pouco mais recebem do que um salário mínimo, condições financeiras para fazer frente aos seus compromissos, recebendo de forma pecuniária, uma vantagem necessária pelos serviços presumidamente prestados ao longo de dez anos, vantagem essa prevista no art.º 72, "caput", da Constituição do Estado do Paraná.

Diante do exposto, espera-se o pronto atendimento ao que ora é reivindicado, que por certo virá de encontro às aspirações de boa parte do Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Tendo consagrado o melhor de suas atividades ao serviço do Estado, compreende-se, de acordo com um conhecido princípio de economia de trabalho, que o funcionário tenha direito a um período de

descanso, maior ou menor, imposto ou requerido, ou mesmo definitivo.

O Homem tem uma dignidade e uma hierarquia como pessoa humana, que é mister conversar e melhorar, em prol de sua saúde moral e física. Não é difícil, pois, entender o interesse que o próprio Estado tem no descanso de seus servidores, visto que, os mesmos, após restauradas as energias dispendidas, melhor poderão dedicar-se novamente e com maior rendimento, às funções que lhes são peculiares.

Deste modo, tem o funcionário público assegurado pela Constituição Estadual, em seu art.º 72, "caput", o direito ao repouso, após o exercício, durante dez anos consecutivos de suas funções. Como se pode verificar pela análise do disposto legal, constitui uma vantagem para o funcionário, que terá a possibilidade de gozar de melhor saúde, descansando durante seis meses do trabalho esgotante que desenvolveu ao longo de um decênio; porém, não deixa de ser uma vantagem para o Estado, pois que contará com pessoal em excepcionais condições de produtividade.

A licença-prêmio, ou licença especial como é denominada na Constituição Estadual, constitui-se em uma vantagem necessária, embora tenha também, inegavelmente, o caráter de recompensa pelos serviços prestados, pois que o funcionário que assim desejar, e segundo o disposto no art.º 72, parágrafo único da lei máxima estadual, pode o funcionário preferir a contagem do período em dobro para efeito de aposentadoria.

Originariamente, a licença-prêmio não fora constituída como vantagem pecuniária, mas sim como uma concessão administrativa para afastamento do serviço, sem prejuízo dos vencimentos e demais acréscimos, a que tinha direito o funcionário; essa licença tinha fins exclusivamente de descanso, afim de possibilitar a restauração do presumível desgaste, físico e psíquico que o trabalho num expediente repetido e prolongado naturalmente acarreta ao servidor.

Nada impede, contudo, que esta vantagem seja auferida, pelo menos em parte, pelo funcionário, sob a forma de pecúnia.

Ela teria, neste aspecto, o condão de dar a esse funcionário, mormente àquele que recebe pouco acima do salário mínimo, condições de fazer frente aos seus compromissos e oferecendo, ao mesmo tempo, um alívio em seus encargos. Isto daria, em consequência, a tranquilidade almejada pelo Estado e, também, pelo servidor, para gozar a sua licença-prêmio.

Este instituto da licença-prêmio, convertido em pecúnia, não é uma inovação, visto que já foi implantado no Estado de São Paulo e, segundo o que se pode constatar, trouxe reais benefícios à laboriosa classe dos servidores do vizinho Estado.

O Estado, ao adotar este critério, estaria de certa forma, premiando os seus funcionários e resolvendo suas inúmeras dificuldades de ordem econômica, que aparecem face à crise inflacionária que vivemos atualmente. É certo que algumas vozes já se levantaram contra isso; é o caso do Prof. HELY LOPES MEIRELLES, famoso administrativista brasileiro, que acha essa conversão em pecúnia um desvirtuamento dos fins higiênicos que são visados pela vantagem. Porém, dentro dos pontos de vista adotados por esta tese, haveria a conciliação entre a finalidade higiênica da licença e os meios que o Poder Público concederia ao servidor para gozá-la, já que o período seria remunerado apenas pela metade

restando a outra parte para o eretivo repouso, em clima de tranqüilidade financeira.

Se, à primeira vista, possa parecer essa licença-prêmio conversível em dinheiro uma vantagem anômala, por que não se enquadraria nem na adicional de tempo de serviço, nem como adicional de função, ela teria o aspecto de uma gratificação pelo exercício do cargo no decurso do tempo, pois, sem abandonar a sua finalidade higiênica, passaria ela a ser um verdadeiro prêmio, mas um prêmio condicionado a certo tempo de serviço efetivo, e a determinadas condições de exercício do cargo - assiduidade e disciplina - pelo funcionário pretendente ao benefício. Transposto o tempo e satisfeitas as condições de trabalho exigidas pela Lei, erige-se a licença-prêmio do servidor à percepção do montante equivalente aos vencimentos correspondentes ao período em que poderia ficar afastado do cargo.

Essa vantagem - incompatível com a disponibilidade e com a aposentadoria - porque nessas condições desaparecem os requisitos legais para o seu auferimento, ou seja, o exercício do cargo e a verificação das condições de assiduidade e de disciplina do funcionário, se constitui, assim, em matéria perfeitamente cabível dentro dos Estatutos, podendo ser ampliada, reduzida ou modificada nas suas condições de obtenção e pagamento desde que se respeitem as condições individuais consumadas segundo as exigências de lei anterior.

Face ao exposto, concluímos que a adoção do instituto da licença-prêmio convertida em pecúnia, a ser instituída através da Secretaria de Estado da Administração por iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador, conforme o disposto nos arts 25, § 1º e 47, inc. I, da Constituição do Estado do Paraná, virá atender plenamente à laboriosa classe dos funcionários Públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico público no Aeroporto de Campo Mourão.

Atualmente, naquele aeroporto não existe um meio de comunicação de uso público. Esta falta faz com que existam diversos transtornos, dentre os quais, destaca-se a chegada de passageiros que por muitas vezes necessitam realizar contatos, até mesmo para comunicar sua chegada, ficando impossibilitados para tal. Ademais, o Aeroporto de Campo Mourão, fica obviamente retirado do perímetro urbano, não existindo por perto, nem sequer um telefone que se possa utilizar.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à sua Excelência, a Sra. Secretária de Educação, solicitando o imediato afastamento do Professor LINDRO RODRIGUES, da Direção da Escola de Godoy Moreira, Município de São João do Ivaí, face às graves denúncias apresentadas contra aquele Professor, que culminaram

com registro de queixa à Delegacia de Polícia de São João do Ivaí e, solicitação que estou fazendo ao Sr. Secretário de Segurança que determine abertura, do competente inquérito para apuração dos fatos.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Graves denúncias contra a conduta moral do Professor Lindro Rodrigues, conforme fotocópias que apresentamos, levam a abertura pela Secretaria de Segurança, de Inquérito Policial, para apurar as denúncias.

Justo portanto que o mesmo seja imediatamente afastado da direção da Escola de Godoy Moreira, a fim de tranqüilizar a classe estudantil, bem como dos pais dos alunos matriculados.

Razão pela qual apresentamos o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando providências para a abertura de inquérito Policial junto à delegacia de Polícia de São João do Ivaí de serem apuradas as graves denúncias contra o Professor Lindro Rodrigues, Diretor da Escola de Godoy Moreira, conforme fotocópias anexas.

Sala das Sessões, e, 04 de abril de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

As graves denúncias contra o Professor Lindro Rodrigues tem gerado revolta à população estudantil de Godoy Moreira, trazendo intranqüilidade aos pais dos alunos ali matriculados, com a apuração destas denúncias se estará propiciando clima de serenidade a sua laboriosa população e punindo as responsabilidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB e do Governo, por seus Deputados abaixo assinados, na forma regimental e com base no artº 16, V da Constituição do Paraná, REQUEREM do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, todas as informações pertinentes à denúncia do Deputado Tércio Albuquerque, apresentada na Tribuna da Assembléia Legislativa, e que envolve a Banestado Reflorestadora, tudo conforme as notas taquigráficas do referido pronunciamento.

Que da decisão comunique-se o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através de quem é feito o presente pedido.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

Líder do PMDB

APOIAMENTO: Caíto Quintana, Adnail Aprenger Passos e Tadeu Lúcio Machado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição dos Anais da Casa, da Mensagem e Proposta de Trabalho apresentada na Comissão de Turismo, em data de hoje.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Artº 1º - Fica criado na estrutura do Poder Legislativo 6 (seis) Gabinetes destinados às vice-liderança, distribuídos 3 (três) gabinetes para cada um dos partidos com representação nesta Casa.

Parágrafo único - Os Gabinetes criados por esta resolução serão preenchidos com funcionários contratados pelo regime de C.L.T. e terão a seguinte constituição:

- 1 (um) chefe de gabinete;
- 2 (dois) assessores;
- 1 (um) jornalista; e
- 1 (um) datilógrafo.

Artº 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

O SR. PRESIDENTE -(Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, já foi abordado da Tribuna desta Casa de Leis, recente concurso realizado pelo Tribunal de Contas do Paraná. Houve, desta Tribuna e através de alguns órgãos de divulgação, algumas críticas, alguns reparos, pela realização deste concurso que efetivou funcionários no Tribunal de Contas. E hoje, Sr. Presidente. Srs. Deputados, eu quero, desta Tribuna parabenizar o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, que numa decisão inédita na história do Poder Público do nosso Paraná, fez baixar a Portaria de 140/84, publicada no Diário Oficial, tornando sem efeito essas nomeações realizadas no Tribunal, através de concurso interno.

A Portaria na íntegra, diz o seguinte: - (Lê)
"PRESIDENTE DO ITC REVOGA ATOS DE NOMEAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS"

Numa decisão inédita na história do Poder Público paranaense o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, conselheiro Cândido Martins de Oliveira, fez baixar a Portaria nº 140/84, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, de ontem, tornando sem efeito uma série de nomeações realizadas naquela Corte, através de concurso interno recentemente realizado.

A Portaria, na íntegra, diz o seguinte:

O Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 55, item V, da Lei nº 5615, de 11 de agosto de 1967, o art. 21, do Regimento Interno, e

Considerando que

Dúvidas sobre a regularidade de atos administrativos da Presidência do Tribunal de Contas devem merecer pronta medida saneadora com objetivo de manter íntegro o posicionamento ético e legal da instituição e dos seus integrantes; embora não haja, até esta data, decisão do Poder Judiciário que declare os atos inquinados conflitantes com a legislação vigente;

Além de dever legal, constitui-se em obrigação moral do administrador público impedir tendenciosas ilações de suas atitudes, que devem ser inquestionáveis, honestas e resguardadas pelos princípios éticos — normas que tem

cultivado ao longo de intensa atividade público no Paraná — e, também, que os atos abaixo discriminados, em certos casos, em razão dos nomes dos beneficiados, induzem a um juízo de favoritismo, mormente com relação aos que eram ocupantes de cargos comissionados;

A par da competência constitucional e legal para analisar e julgar procedimento dos executores das despesas públicas municipais e estaduais dos Três Poderes, a integridade moral do Tribunal de Contas decorre principalmente da força de seu exemplo, que não permite quebra de autoridade causada por dúvida de simulação ou fraude de seus atos;

As normas basilares da Constituição da República não podem ser invertidas em decorrência de legislação de hierarquia inferior e que compete ao administrador público rever seus próprios atos face à conveniência da administração e dos Princípios Gerais de Direito".

E resolve, então, anular as nomeações oriundas deste concurso. É um fato, Sr. Presidente, inédito na história do Paraná. Eu não condeno o funcionário que passa a ter estabilidade no emprego, porque este é o propósito de um projeto que estou apresentado a esta Casa, porque ainda hoje uma funcionária do Estado nos procurou, ela tinha um cargo em Comissão, tinha um total de proventos de mais de quinhentos mil cruzeiros, e por política ela perdeu o cargo de Comissão e passou a a fazer jus a um salário de apenas pouco mais de cento e sessenta mil cruzeiros.

Acho que a estabilidade no emprego é um direito consagrado de todos. Houve o concurso, foi lançada dúvida sobre este concurso e o Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, num ato que vai se perpetuar na história política e pública do nosso Paraná e do nosso Brasil, anulou este concurso. É um gesto de grandeza, Sr. Presidente, que tem que merecer o louvor de todos nós Deputados. Passa o Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira, a dar um exemplo para todo o Brasil, um exemplo que deve ser imitado por todas as nossas autoridades.

Parabéns ao Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira por este gesto extraordinário, nobre, digno de nosso respeito e do nosso louvor. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. A prioridade de habitação popular não foi esquecida pelo Governo José Richa, pelo Governo PMDB. A ampla maioria que virou a política do Paraná em novembro de 1982 começou a ter respostas positivas em março de 1983.

Enquanto o déficit de habitações do Estado era de 150 mil unidades 80% na faixa inferior a 3 salários mínimos, a má programação dos projetos anteriores nos legou excedentes de habitações que não se vendiam.

Mau planejamento e descrédito absoluto do Sistema Financeiro de Habitação.

A resposta do Governo democrático é o "Projeto Mutirão". Construção das casas, através da participação das famílias beneficiárias, no processo de construção; participação, ainda, dos municípios da sociedade civil, das Câmaras Municipais, de todos os que são solidários com seus irmãos marginalizados, por um processo econômico e justo.

O projeto começa com cuidadosa pesquisa sócio-econômica,

e pela elaboração de um programa que é apresentado a comunidade interessada.

E é uma comissão comunitária, Sr. Presidente, que seleciona os beneficiários, e define critérios para isso. Toda comunidade se mobiliza, e se inicia o grande mutirão da habitação.

Isto é respeito à vida! 70% dos custos são reduzidos. A mão de obra é provida pelo próprio mutirão. Leis sociais, taxas do Sistema Financeiro de Habitação, IBDI das empreiteiras, desaparecem; terrenos e parte dos materiais são doados, e é forte e decidida a participação dos municípios; a prestação não ultrapassa 20% do salário-mínimo, enquanto o reajuste é anual, acompanhando o salário-mínimo.

A experiência comunitária estimula a solidariedade, e a sociedade civil participa intensamente. "Fé na gente, e pau na exploração do Sistema Financeiro de Habitação".

Um projeto da COHAPAR e da Secretaria do Interior. São os nossos companheiros Nelson Friedrich e Teobaldo Machado, dando sequência aos compromissos de campanha, e sustentando com seu trabalho e criatividade, as esperanças do povo.

Melhor que a garra e a criatividade de nossos companheiros da COHAPAR e da Secretaria do Interior, só eleição direta para Presidência da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O Sr. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 21 de novembro do ano passado, o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, nomeou por ato e, através de concurso interno, inúmeros funcionários para aquela Corte.

Trouxemos isto em Plenário, foram encaminhados documentos à CPI., à Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma ação popular, e hoje nós vemos que o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, embora tenha tropeçado na ilegalidade, tomou uma atitude que entendemos muito correta, porque vislumbrou um ato falho e o corrigiu.

Isto é uma questão importante num homem público que, tomando uma atitude que poderia lhe parecer correta, mas de que, ajudado por outros segmentos da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil, em que entrou com uma ação popular, ele revoga este ato numa atitude louvável.

Apenas está faltando mais um passo para o Conselheiro Cândido Martins de Oliveira se solidificar dentro dessa idéia, que é o passo da reversão aos cofres públicos, de parte do mês de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, dos salários recebidos - no nosso modo de ver - incorretamente.

Este é um passo fundamental para a conclusão de seu ato, que entendemos correto, do ato que nós aqui, da Tribuna, da mesma forma como nós viemos criticar, hoje, lhe parabenizarmos por essa atitude. Entendemos um ato correto. Apenas está faltando mais um passo para que esta idéia se materialize na sua forma total. E, aproveitando, não esquecendo as palavras de palanque, é do nosso conhecimento que o processo das aposentadorias tantas vezes ditas por nós da Oposição em palanque, imorais, como o do Sr. Saul Raiz, tenham um basta também. E nós contamos com o Presidente do Tribunal de Contas, inclusive, para que possamos tomar uma medida via Assembléia Legislativa e via Tribunal de Contas para que

esta medida saneadora, venha a acontecer de forma imediata e que possamos, definitivamente neste Estado, dizer ao povo porque viemos.

Quero aproveitar também este momento, para solicitar que sejam inscritos nos Anais desta Casa, editorial do "Jornal do Estado", que trata do grave problema dos agrotóxicos no Paraná.

Existe uma lei promulgada por esta Casa que estará sendo implantada após a sua regulamentação agora neste mês de abril, e o "Jornal do Estado" trouxe em editorial um dos gravíssimos problemas por que passa o Estado do Paraná. E também, abordando essa situação, em relação ao nome das multinacionais através da Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, que impetrou mandado de segurança contra a lei gaúcha e está promovendo um "lobby" por este Brasil inteiro para retardar o cumprimento das legislações estaduais.

Portanto, solicito as inscrições nos Anais, desta medida corajosa do jornal, que vem se somar às associações, aos movimentos comunitários, aos movimentos ecológicos para que possamos, cada vez mais, empurrarmos contra a parede a máfia dos pesticidas que está presente em cada minuto, em cada instante da vida nacional, quer seja através de assessorias para políticos, através de pressões ao Ministério da Agricultura e agora percorrendo o Brasil inteiro, através dos testas-de-ferro para trazer ou para forçar o não cumprimento de legislações desta Casa.

Desta forma, Sr. Presidente, faço questão que fique registrado como mais um jornal que entra de forma franca, aberta nesta luta em favor da vida.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir o pronunciamento feito pelo Deputado Furiatti e que ainda fala das campanhas, dos palanques, da moralidade e dizer a que vieram a esta Casa.

E é chegada a hora de dizer aos que vieram. Mas ainda não tem autoridade para falar em moralidade, porque continuam, depois das denúncias que fizemos, no setor de CIRETRAN, continua a mesma coisa sem nenhum afastamento e a coisa cada vez pior.

Volto da minha região. Há poucos dias eu fazia um pronunciamento dizendo sobre a valorização da pessoa humana, que é o trinômio saúde, educação e segurança.

E que eu ia falar sobre educação, reservava saúde e segurança para outra oportunidade, mas volto hoje à tribuna para continuar falando em educação, pelos desmandos e por irregularidades que constatamos no interior.

Recebi, no Município de São João do Ivaí, reclamação de famílias com referência ao Diretor da Escola Estadual do Distrito de Godoy Moreira, naquele município, onde tem um diretor que — se não é maníaco, não sei o que é, dirigindo gracejos, levando alunas para a biblioteca, fazendo propostas imorais com a falta do decoro, cujo professor é um vereador do PMDB, que em 1980 já foi afastado do ensino naquele município, pelos mesmos motivos. Mas ficou afastado. Agora com a mudança da política retorna e assume já a direção do estabelecimento, e continuam as mesmas irregularidades.

Estou dirigindo um requerimento à Mesa, fazendo um apelo à Secretária da Educação, no sentido de que afaste imediatamente este Diretor e um apelo ao Secretário da Segurança que determine à Delegacia de Polícia de São João do Ivaí, que proceda a abertura de inquérito, conforme

queixa registrada naquela Delegacia, para apurar irregularidades naquele estabelecimento de ensino e das atitudes do Diretor daquele estabelecimento no Município de Godoy Moreira.

É esta a nossa preocupação. Pudemos assistir também, na sexta-feira, quando foi realizada a grande concentração de Apucarana, do PMDB, a dispensa de alunos da escola noturna, nos Municípios do Vale do Ivaí, para poderem participar da concentração. E ainda mais, Srs. Deputados, um apelo aos Prefeitos que colocassem os ônibus escolares à disposição para transporte daqueles que quisessem participar da concentração, concentração esta que considero um desserviço à Nação. Não preocupado com a votação da Emenda Dante de Oliveira no dia 25 de abril, mas preocupado com o futuro Presidente que deverá assumir. Com este movimento todo, terá que percorrer o Brasil para adquirir credibilidade, para poder fazer um bom Governo.

É preciso, como já disse, dizer porque viemos das propostas de palanques e que o povo possa receber, pelo menos, parte daquelas promessas feitas. Que haja moralidade no setor de ensino, que é o setor que mais nos preocupa e que estamos vendo os desmandos em todos os setores. Cada vez que vamos ao interior é mais reclamações. Esta é uma das mais graves. Espero que a Secretaria da Educação tome providências imediatas, afastando logo este Diretor e que apure as irregularidades, para que não mais preocupe as famílias daquele Município de São João do Ivaí, no Distrito de Godoy Moreira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos observado no Paraná e no Brasil inteiro, uma movimentação para as eleições diretas. Ao vermos fatos ocorridos no cenário deste País, é que observamos que tem que ser realmente propagado o direito de liberdade, o direito de expressão do povo brasileiro, para que tenham acesso às urnas para escolher seu representante como Presidente da República.

Lembramos que depois de 1964, após oito anos de revolução, que diziam neste País que despertaram o "gigante adormecido", hoje vemos que ao decorrer dos anos, este "gigante adormecido" está anestesiado pelo FMI, que está levando, a cada dia que passa, o Brasil ao caos.

Não entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual a razão deste País, que o consideramos como uma aeronave com sua tripulação adormecida que não sabe o destino, o campo de pouso em que poderia permanecer.

Observamos que este País que não consegue pagar os juros dos seus empréstimos ao Exterior, se dá ao luxo de hoje fazer empréstimos, como fez a Argentina. É isto que não entendemos. Se é uma forma apenas de dispersar a opinião do povo brasileiro, para fazer uma imagem negativa, uma atuação hoje deste Governo Federal e nos ressaltamos neste instante que este movimento das eleições diretas tem que continuar, se não eleições diretas para já, mas sim para ontem, porque há necessidade de uma transformação para o povo brasileiro, nós exemplificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando aqui muitas críticas surgiram através do Senador Álvaro Dias, dizendo que estavam fazendo comícios das diretas com despesas do governo.

Nós somos testemunhas aqui nesta Assembléia Legislativa do Estado, que tivemos a felicidade de realizar um comício pró-diretas em Cianorte, com a participação de 25 mil pessoas em praça pública, e pedimos aqui que julga-

que contestam e que incriminam o Senador Álvaro Dias, de estar gastando dinheiro do povo. Nós queremos que se levantem e que provem que no Município de Cianorte houve alguma despesa a nível de governo do Estado.

Mas se uma concentração de massa, uma concentração do povo que está em busca do direito de liberdade, e que compareceu maciçamente, e que quero registrar nos Anais deste Poder Legislativo. A nossa gratidão a todos aqueles que comparecerem em busca da sua liberdade.

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos que continuar pregando neste Estado e neste País inteiro, para que não hajam mais injustiças da forma que está acontecendo, e a razão disso é somente as eleições diretas.

Ontem quando abordado pela imprensa perguntavam sobre Jayme Canet Júnior, e disse que seria o momento oportuno para que o Paraná também se apresentasse no cenário do Governo Federal, na presença do ex-Governador Jayme Canet Júnior, como candidato potencial à Presidência da República, dando o seu exemplo de administração como deu no Estado do Paraná, nós temos que entender que o Estado do Paraná é o celeiro deste País que tem que merecer o respeito e o respaldo do poder nacional para que possamos também apresentar alguém que assuma esta aeronave que hoje está desequilibrada e sem rumo, dos destinos do povo brasileiro.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diríamos o porquê se o maior Homem do mundo morreu de braços abertos numa cruz, para defender a humanidade, e porque nos omitiríamos quando existe tanta fome, tanta miséria e tanta injustiça, ficando de braços cruzados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A minha presença no dia de hoje na tribuna desta Casa, é para fazer um agradecimento especial aos Srs. Deputados do PDS e do PMDB, que compõem a Comissão de Turismo, pela minha eleição como Presidente.

Desejo com o apoio de todos os Srs. Deputados componentes desta Comissão, fazer um trabalho profícuo em benefício das estâncias turísticas do nosso Estado, mais especialmente do nosso litoral, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa.

Apresentei durante a eleição e instalação desta Comissão, no dia de hoje, uma mensagem acompanhada de uma proposta de trabalho que visa essencialmente seminários nas principais já citadas cidades, com a participação da EMBRATUR e da PARANATUR; devemos, acima de tudo, entender que neste momento falo como Presidente da Comissão que é suprapartidária; que visa dar um colorido especial, com as mãos dadas de ambos os partidos políticos aqui constituídos; para que o turismo possa ser mais uma fonte de recursos para o nosso Estado; fazermos com que esta comissão possa atuar em todos os municípios que as administrações desejem enquadrá-las no setor do turismo do nosso Estado.

Por isso, os meus agradecimentos aos Srs. Deputados componentes da Comissão de Turismo. Desejamos, acima de tudo, o apoio, e de público peço ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado,

Deputado Trajano Bastos, para que possa pôr à disposição da nossa Comissão de Turismo, a estrutura já montada, por sua administração, que tem realizado os simpósios e seminários nesta Casa. Com isto podendo nos acompanhar ao interior do Estado, porque é necessário ouvirmos as lideranças empresariais de cada cidade do nosso Estado, aquelas que vivem essencialmente do turismo, da indústria, sem chaminés, da indústria não poluente, desta indústria que tem sem dúvida alguma, feito com que alguns municípios do nosso Estado sobrevivam economicamente neste setor. E os Srs. Deputados que compareceram na instalação da reunião desta Comissão, puderam analisar, além de ter este Deputado distribuído a nossa proposta de trabalho, nos gabinetes dos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Turismo, os gabinetes dos Srs. Deputados suplentes desta Comissão.

Queremos fazer um trabalho para o Paraná, um trabalho paranaense, um trabalho para que os hotéis e os nossos hoteleiros não sofram o que tem acontecido em épocas não de férias, com os hotéis vazios, pagando o mesmo preço para com os encargos sociais, mantendo a sua mesma estrutura de pessoal, mantendo a mesma energia elétrica, pagando o mesmo custo. E nós temos reivindicado nesta Casa, que o Ministério de Minas e Energia possa usar o sistema de pagamento, pela demanda de energia consumida. Temos lutado para que hotéis do Paraná em especial, possam ser considerados pelo Ministério de Minas e Energia, levando em conta o pagamento classificado dentro da energia a preço das indústrias.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação as presenças em plenário, dos Srs.

Vereadores do Município de Quitandinha: Eugênio Fetzer, Hilário Gonçalves do Valle e José Santana Pinto, bem como a presença do Sr. Vereador do Município de Mandirituba, Anésio Gouvêa.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço vênha para ler a carta de Juvêncio Mazzarollo, que do cárcere acena de uma forma definitiva para a liberdade ou para a morte. (Lê):

“Completei ontem 18 meses de cárcere, onde fui jogado inapelavelmente pela (antiga) Lei de Segurança Nacional em função de meia-dúzia de frases publicadas no semanário “Nosso Tempo” de Foz do Iguaçu, no distante ano de 1981, enquanto criminosos de lesa-pátria, continuamos livres e prosperando.

A certeza absoluta de que sou vítima de terrível injustiça e o esgotamento da paciência com esta situação insustentável impõem-me o dever de adotar a medida que anuncio aqui: a partir de zero hora de hoje, 28 de março de 1984, só voltarei a me alimentar se/e quando for libertado.

Em hipótese alguma e sob argumento nenhum abandonarei esta decisão.

Sou o último preso político do País. Minha permanência no cárcere é uma indecência que clama aos céus, embora o clamor encontre invencível dificuldade de se fazer ouvir na terra — onde a reação às ofensas aos direitos humanos é apenas diretamente proporcional à notoriedade das vítimas. “Todos os homens são

iguais em dignidade e direitos”: a piada do século!

LIBERDADE OU MORTE! — é a minha escolha.

Se morrer, não será suicídio, e sim homicídio cuja responsabilidade todos saberão de quem é.

Poucos não conhecem o meu drama, por isso não há necessidade de explicações ou justificativas. A consciência não me permite agir de outro modo. A decisão de jejuar até ser libertado é fruto de longa meditação e profunda avaliação de tudo o que já passei. A indignidade há muito passou dos limites toleráveis. E ninguém tem o direito de se deixar violentar.

O jejum é para ser libertado, e o sacrifício o dedico aos que passam fome e toda sorte de dificuldades por força da crueldade de estruturas políticas, econômicas e sociais as mais perversas.

Tenho esperança de sobreviver, mas isso agora está nas mãos da Justiça, em quem, apesar de tudo, ainda sou levado a confiar. Cabe a ela — e também à sociedade — decidir se vale mais uma vida humana ou a norma insensata, repudiada nacional e internacionalmente.

PS. Calúnias como as divulgadas pelo jornal “Gazeta do Povo”, quando me acusou de haver fugido da prisão, só podem ser obras do demônio. Já não basta a infâmia que estão fazendo comigo em nome da “segurança nacional”?

Curitiba, 28 de março de 1984.

(a) JUVÊNCIO MAZZAROLLO”.

Perante o drama, a confissão aqui espelhada, nós Deputados, temos a obrigação de acompanharmos, de emprestarmos de público, a presença e o testemunho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que não pode permanecer em silêncio quando hoje já se completam 8 dias que um jovem idealista macerado psíquica e fisicamente, clama através do recurso extremo ao seu direito pela liberdade!

Neste instante em que nós do Paraná, temos o triste e inglório privilégio de contarmos em nossas terras com o último preso político do Brasil, esta Casa de Leis, ressonância que é das mais legítimas aspirações populares, precisa fazer sua, a voz encarcerada de Juvêncio Mazzarollo; precisa fazer sua, o apelo, o sacrifício das entidades que, em solidariedade, estão também em greve de fome na expectativa de que o Supremo Tribunal Federal venha a responder positivamente aquilo que é o anseio, não apenas de um partido político ou de alguns amigos, mas de toda a sociedade do Paraná. Em solidariedade a Juvêncio Mazzarollo seis entidades sociais estão representadas, realizando o sacrifício que a si mesmo impôs o jornalista Juvêncio Mazzarollo. Hoje, a partir das 12 horas, a UPES, através de uma representação, também está realizando o jejum da solidariedade, e amanhã a UPE também haverá de aderir a este mesmo sacrifício na forma de se manifestar ao povo do Paraná e ao povo brasileiro, por que não, a necessidade de se tratar o ser humano de uma forma diferente; a necessidade de se respeitar o direito de opinião, a necessidade de fazer com que cada ser humano possa viver em justiça, paz e liberdade!

E não poderíamos deixar de enfatizar a aprovação, ainda ontem a tarde, por unanimidade nesta Casa de Leis, de um documento em que propusemos a constituição de uma Comissão Especial formada por 5 (cinco) Senhores Deputados que viajarão a Brasília, com a finalidade de dialogarem com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Cordeiro Guerra, e com o Relator do Processo Juvêncio Mazzarollo no Supremo Tribunal Federal, Jaci Bulcão, para

pedirmos a agilização do julgamento, e acima de tudo para revelar a grande aspiração da sociedade paranaense, sintetizada no apelo pela libertação do último preso político Juvêncio Mazzarollo, em greve de fome.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Juvêncio Mazzarollo é apenas uma malha de um contexto político global, apesar do sacrifício, apesar da dor, apesar da sua condição de vítima de uma lei espúria, na realidade ele sintetiza uma bandeira, uma bandeira de aspiração democrática, de um povo inteiro; uma bandeira tão igual àquela que todos nós defaldamos quando pedimos a devolução ao povo brasileiro o direito de escolher os seus representantes em todos os níveis.

É dentro de alguns dias o destino da Nação brasileira estará sendo decidido, em Brasília, junto ao Congresso Nacional, precisamente no dia 25 de abril quando será votada a emenda do companheiro Dante de Oliveira que prega eleições, já, para a Presidência da República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O povo brasileiro está acompanhando atentamente o desenrolar da votação da emenda, pois sabemos que 92% da população brasileira é favorável à votação direta para Presidente, e já. Salientamos também que o País se encontra num estado de desgoverno, caos econômico e social, com a sua economia interna sendo dirigida pelo Fundo Monetário Internacional.

Os trabalhadores pagam seriamente o preço da crise através do arrocho salarial, tal qual garrote vil; e o desemprego vem assombrando os lares brasileiros. Todos nós estamos habituados a ver, nas páginas dos jornais, a impunidade com que os escândalos financeiros se sucedem: Coroa-Brastel, Capemi, Delfin, BNCC. Na realidade a corrupção é institucionalizada e a inflação é galopante.

E o que nós temos a fazer?

É ter clareza que lutando por eleições diretas, em todos os níveis, será a única forma de respondermos aos anseios de nossa gente.

Acreditamos que, através desse processo, estaremos abrindo e construindo o espaço necessário para a conquista da libertação do nosso povo, libertação da miséria opressiva e exploradora em que vivemos.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tadeu França; vosso pronunciamento vem num momento em que o Paraná demonstra, agora, em Londrina, com a presença de mais de 60 mil pessoas na rua, em que, realmente, a população brasileira está convencida de que, se pelo menos, a eleição direta não é a solução definitiva dos nossos problemas, é o grande primeiro passo. Estivemos nas grandes concentrações de Cascavel, de Medianeira, de Matelândia, de Santa Terezinha, de Foz do Iguaçu, abaixo de chuva, e o povo presente, e estivemos em Londrina. E a população brasileira está a demonstrar claramente que só tem uma negociação que ela admite: é eleição direta já, principalmente, porque as eleições diretas não são um programa do PMDB, do PDT, do PT ou do PTB. As eleições diretas é uma forma de luta do povo, e o dia 25 de abril será incrustado na história brasileira como o dia que, definitivamente, ficará marcado o posicionamento dos verdadeiros brasileiros. E se por ventura, no dia 25 de abril, não for restabelecido o pleito direto para Presidente da República, não é o PMDB que terá que se justificar à Nação, porque esta não é uma luta do PMDB, mas do povo.

Quem terá que se justificar à Nação, no dia 25 de abril, se for derrotada a emenda Dante de Oliveira, são aqueles

brasileiros que não têm o sentido de Pátria, que não têm o sentido de que a Nação não aguenta mais o poder autoritário de uma meia dúzia que está a fazer os destinos deles próprios.

Então, nobre Deputado Tadeu França, é importante lembrar que o dia seguinte, 26 de abril, é o dia da retomada da discussão, porque o pleito continua, e a população brasileira continuará lutando para que o pleito direto venha já. Esta é uma questão fundamental, e alguns políticos deste País se enganam, quando imaginam que se no dia 25 de abril não passar, a população ficará frustrada com o PMDB. Absolutamente, nobre Deputado, se no dia 25 de abril a Emenda Dante de Oliveira não passar, a população brasileira não ficará frustrada. Não, ela ficará apenas revoltada, com aqueles que contribuíram para que a Emenda Dante de Oliveira não passasse.

Esta é uma questão fundamental, que se aplica neste instante, porque o povo, o povo na sua conduta pessoal, na sua luta pessoal é radical; porque quer resolver os problemas de raiz, e todos aqueles que caminharem fora dos trilhos destinados pelo povo, serão julgados mais tarde ou imediatamente, mas terão o julgamento popular em eleições; e se não tiver eleições, que Deus nos livre neste País, das sacudidas violentas que podem ocorrer por aí.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. TADEU FRANÇA - Muito obrigado ao Deputado Paulo Furiatti pela manifestação vibrante, coerente e profundamente sedimentada nas grandes aspirações populares.

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me um aparte? (Assentimento)

Na sequência do que diz o Deputado Paulo Furiatti, realmente nobre Deputado, eleições diretas, a Nação Brasileira está cobrando já. Se a Nação está cobrando já, eu acredito de ser a favor ou ser contra. Qualquer pessoa tem o direito de ser a favor ou de ser contra, às eleições diretas já. O que não pode é mascarar a sua própria vontade, dizendo ser a favor, mas não agora, e estipular eleições diretas para o sucessor.

Para mim, isto é usurpar inclusive, a vontade da Nação, num tempo em que não se detém o mando sobre ela. Não cabe ao Presidente Figueiredo, que terá o seu término de mandato no ano que vem, estipular que o sucessor do seu sucessor, seja eleito por um pleito direto, porque a realidade nacional será outra, nessa oportunidade. O próprio Congresso Nacional poderá ser outro; Deputados que lá estão poderão lá não estar, e Deputados, pessoas que não são Deputados poderão ser. De que forma vai se poder dizer que o sucessor do sucessor, isto é legislar, é tentar manter a autoridade além do tempo que lhe foi destinado para dirigir a Nação.

Então, essa forma de entender, é a grande mentira que se prega hoje. Via de regra, todo o mundo está a favor de eleição direta, só que não agora, logo mais, daqui a pouco, estipulando prazo no futuro, quando nem sabe se estas pessoas ainda terão qualquer mando popular nesta época.

Eleições diretas é agora. Quem é a favor é a favor; quem é contra, é contra; e que se tire a máscara para que a Nação Brasileira saiba quem lhe quer devolver a autonomia, e quem está contra o povo eleger o seu Presidente da República.

O SR. TADEU FRANÇA - Deputado Caíto Quintana,

em sua exposição coerente e que enobrece singularmente nosso pronunciamento, sentimos a presença nítida do reconhecimento. Sei que o bem existe e recuso-me

a praticá-lo; prefiro que o filho do meu filho, o pratique.

Esta apologia não podemos aceitá-la sob qualquer pretexto.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante salientar que os que querem negociar agora, percebem o risco que correm de serem ultrapassados pelo povo que quer diretas já, a qualquer preço, e que começam a agarrar pelas fraldas das camisas alguns dirigentes, até mesmo posicionistas, que chegam a negociar antes da hora.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Vossa Excelência concede um aparte. (Assentimento).

Nobre Deputado Tadeu França, quero me parabenizar com Vossa Excelência pela forma com que traz o assunto a esta Casa, já que nós estamos há um pouco mais de 20 dias, do grande dia, "dia D" para a Nação Brasileira. E talvez o Governo Federal desconheça a mobilização do povo brasileiro em prol das eleições diretas.

Não são só os partidos políticos, hoje toda a sociedade brasileira acha que a única saída será através do voto livre, do voto secreto.

Nós tivemos oportunidade de, na semana passada, termos notícia da eleição realizada no Colégio Estadual do Paraná, onde mais de cinco mil estudantes votaram, e votaram pedindo eleições diretas.

A Ordem dos Advogados do Brasil também está mobilizada; os sindicatos; as entidades de classe; enfim, todas as associações. Não é possível que o Governo Federal não atenda os anseios do povo brasileiro. Já virou as costas entregando nosso País ao grande capital estrangeiro, e agora vira as costas a um pedido do povo. Portanto, se a Emenda Dante de Oliveira não passar no dia 25 de abril, a gente até teme o que pode acontecer neste País. Porque a Nação brasileira como um todo, com exceção da alta cúpula do Governo Federal só vê uma esperança para salvar o Brasil das condições em que se encontra, é através das eleições diretas, livres e soberanas. E tenho certeza que grande parte de Deputados Federais do Partido do Governo, grande parte de Senadores do Partido do Governo, se votar contra a Emenda Dante de Oliveira, não tem coragem de encarar aqueles que o elegeram, aqueles que o guindaram à Câmara Federal e ao Senado da República.

Portanto Deputado, eu queria participar deste seu pronunciamento apenas como Deputado e como cidadão, também dar o meu depoimento do que vejo no sentimento do povo e da Nação brasileira.

Muito obrigado e parabéns!

O SR. TADEU FRANÇA - Deputado Tadeu Lúcio Machado,

Vossa Excelência que nesta Casa está há mais tempo, sentindo as dificuldades da luta pela reconquista democrática, na realidade confere, com particular brilhantismo este adendo de suma importância que corrobora de uma forma, singularmente, coerente para o engrandecimento da causa pela qual todos nós lutamos.

O quadro que se apresenta Srs. Deputados, no presente momento é o seguinte: no governo central, rachado de Brasília, as divergências começam a surgir com força das demissões e das trocas de comando político. Em Brasília o que nós estamos sentindo, enfim, é que reina e impera o maior desgoverno, que há mais de vinte anos não se via. Não existe um comando político unificado. Cada setor é um setor; cada área tem interesses próprios, e só falam em seu nome.

Já não se sabe que tipo de emenda forjar ou estratégia urdir, porque todas elas acabam ruindo perante a monumental e contacta manifestação da vontade popular. Entretanto, temos sentido que companheiros

querem entregar "a rapadura antes de cortar a carne", pois contra as palavras na "diretas já" estão contrapondo "negociar agora".

Na vanguarda desse movimento entreguista e derrotista, que admite o fracasso antes de dispôr as tropas no campo de batalha, estão as forças mais conservadoras, e algumas organizações que adotam a prática da prudência a qualquer preço, mesmo quando isso significa trair os anseios populares.

Nenhum desses negociadores que querem negociar antes da hora, comprometendo com isso não apenas a vitória eventual, mas a própria dignidade de uma derrota imediata, que entretanto, não chega a ser duradoura.

Tais negociadores são, na realidade, nesta fase, sem anuência oficial, convertem-se eles em contrabandistas isolados da influência

Neste momento, negociam o que não têm, na tentativa ilusória de obter aquilo que também não conseguirão.

Mesmo assim, e dessa forma, nessas negociações tacanhas, feitas à socapa, na calada da noite, precedidas de manobras tão infantis quanto vulgares, se arriscam à derrota, ao fracasso e, singularmente, arriscam-se ao ridículo, perante a clara e inarredável posição da sociedade brasileira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A situação nacional é grave demais. Exige reformas profundas. Reclama o rompimento com o FMI; a solução da dívida interna e externa; a inversão radical da relação inflação-recessão; dar condições de alimento a uma nação famélica em suas maiorias; terra para quem nela trabalhe, porque, mais do que nunca, é hora dos nossos irmãos brasileiros reconquistarem aquilo que lhes pertence.

Só se chega a isso, marchando com o povo.

Inútil seria a pretensão de uma vanguarda, se esta vanguarda for isolada, sem estar ladeada da consonância com as mais legítimas aspirações populares.

Se a Emenda Dante de Oliveira for derrotada; se as outras armas, porventura existentes, forem empregadas e falharem, o PMDB e todos os democratas coerentes de todos os partidos políticos devem meditar 100 vezes, antes de conseguir no varejo barato uma sub-vitória com "vice" e qualquer coisa, e a derrota fatal ao lado do povo.

Uma derrota, aliás, passageira!

Simon Bolívar e San Martín ganharam e perderam batalhas; Frei Caneca e Tiradentes também ganharam e perderam batalhas. Entretanto, ao sabor da vitória, ou na dor da derrota, todos eles em seu fecho, triunfaram pela coerência, na trajetória de um ideal, pela sinceridade com que abraçaram as causas de nossa gente.

A grande realidade é que ninguém vive apenas de vitórias. Todos nós somos suscetíveis de derrotas e triunfos. Não nos interessam os simulacros de vitória. As quedas de hoje podem servir de degrau para os triunfos de amanhã, mas que a vitória venha a ser global, com aspiração legítima, e reconhecida na manifestação soberana de um povo.

As derrotas, hoje, podem conduzir à vitória amanhã.

Entre o conchavo e o povo, fiquemos com o povo.

E ao invés de uma precipitação negociada que não viesse a ser a manifestação dos anseios das nossas maiorias, que nas praças públicas clamam por eleições, pelo direito de definir o seu próprio destino, cabe-nos, a nós Parlamentares, que ungidos pelo voto popular de diferentes partidos, a nós que soubemos respeitar e acatar as decisões nas urnas, cabe a manifestação de não aceitarmos conchavos, negociações particulares, em nome de interesses de oligarquias,

mas que clamemos numa só voz, com toda a Nação Brasileira : diretas, já!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No horário das Lideranças, consulto o Líder do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos anunciar a esta Casa que a Liderança do PMDB está enviando no dia de hoje, requerimento de pedido de informações ao Sr. Secretário da Fazenda, sobre denúncia formulada pelo Deputado Tércio Albuquerque, apresentada da tribuna desta Assembléia Legislativa, e que envolve a BANESTADO Reflorestadora.

Se fazemos em nome da Liderança o referido pedido de informação, é porque a Bancada do PMDB consciente da sua posição assumida, de sempre estar vigilante aos fatos que ocorrem na admiração pública do Estado do Paraná. E não satisfeita com as informações verbalmente que nos foram prestadas, para dirimir toda e qualquer dúvida, para que essa Casa de Lei, possa, na verdade, conhecer as dúvidas formuladas envolvendo a BANESTADO Reflorestadora. Achamos por bem, encaminhar com requerimento desta Casa de Lei ao Secretário da Fazenda, o seguinte pedido de informações:

"A Liderança do PMDB e do Governo, por seus Deputados abaixo-assinados, na forma regimental e com base no artigo 16, 5º da Constituição do Paraná, requerem do Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, todas as informações pertinentes à denúncia do Deputado Tércio Albuquerque, apresentada na tribuna da Assembléia Legislativa e que envolve a BANESTADO Reflorestadora. Tudo conforme as notas taquigráficas do referido pronunciamento.

Que a decisão comunique-se ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, através de quem é feito o presente pedido".

Essa informação é exatamente, para que, se houveram irregularidades na BANESTADO Reflorestadora, sejam apuradas e sejam punidos os seus responsáveis.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Caíto Quintana, é com muito prazer que ouço Vossa Excelência na tarde de hoje, apresentar em nome do seu Partido um requerimento de informações, dirigido a Sua Excelência o Sr. Secretário das Finanças, Dr. Erasmo Garanhão, no sentido de que, urgentemente, informe a esta Casa as denúncias feitas por este Deputado.

Eu queria só, colaborando com Vossa Excelência, comunicar que eu tomei também na tarde de hoje, a iniciativa de apresentar um requerimento à Mesa, solicitando que a CPI já instalada nesta Casa, tome providências urgentes neste sentido. E apresentei além da justificativa, documentos anexos; apresentei o nome de nove funcionários e ex-funcionários da BANESTADO Reflorestadora que, infelizmente, é público e notório, envolvimento em operações duvidosas, desvios que não posso confirmar porque não estou na BANESTADO.

Então Vossa Excelência apresenta um requerimento em nome do seu Partido, no mesmo dia apresento um, vamos ver se os dois requerimentos unidos, podem esclarecer estes fatos. Porque nem eu, nem minha bancada, nem Vossa Excelência deseja denegrir o nome da BANESTADO Reflorestadora, nem do Partido de

Vossa Excelência que, hoje, é detentor do Governo do Estado. E eu friso isso no meu requerimento e na nota que distribuí à imprensa do Paraná, para ser divulgada na próxima sexta-feira.

Meus parabéns ao seu Partido e em especial a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Tércio Albuquerque, acredito que os dois requerimentos apresentados nesta tarde não se conflitam. Pelo contrário, se completam. E com nosso Partido, coerente com a idéia sempre posicionada aqui nesta bancada, de que não iremos compactuar com desonestidade, iremos conhecer o fato na sua profundidade. E tenha certeza, Deputado Tércio Albuquerque, que se na verdade houveram desvios, desmandos e corrupção, a nossa própria bancada se somará, porque vem a comprovar o vosso requerimento de entrada na CPI da Corrupção. Esta CPI não foi instalada para punir possíveis corrupções do PDS, foi instalada para punir possíveis corrupções dos dois partidos.

A nossa bancada estará presente se tiver que apoiar para punir alguém que tenha cometido qualquer deslize em nome do Governador José Richa.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Com relação ao requerimento apresentado pelo Deputado Tércio Albuquerque, por coincidência estávamos secretariando a Mesa naquele momento, então tomamos conhecimento do inteiro teor, inclusive dos documentos anexos àquele requerimento.

Temos a informar a Vossa Excelência que está neste momento respondendo a um discurso anterior do Deputado Tércio Albuquerque, que a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atividades irregulares do Governo do Estado, no decorrer destes anos até a atualidade, é com satisfação que anunciamos que já acolhemos o requerimento do Deputado Tércio Albuquerque. Estaremos evidentemente convocando aquelas pessoas às quais ele faz referência naquele requerimento e vamos ouvi-las. E também tantos quantos for necessário, para o devido esclarecimento.

Além disto, conversava há pouco com o Deputado Paulo Furiatti, que também se manifestou, e vai amanhã apresentar um requerimento ao Secretário de Finanças, para saber quais os 30 altos funcionários do Banco do Estado que foram demitidos por corrupção. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte que elucidou este fato e esperamos, em conjunto com o Deputado Tércio Albuquerque, poder esclarecer esta denúncia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apressei-me a solicitar o aparte porque percebi que Vossa Excelência já entraria em outro tema, gostaria apenas de colocar a minha posição com relação ao problema da BANESTADO Reflorestadora.

Tenho um certo temor, nobre Deputado, pela demora na apuração destas denúncias, é uma tendência ao esquecimento muito natural. Já é histórica no Brasil a impunidade dos corruptos. Não sei se simples pedido de informação, ou até mesmo a convocação de testemunhas ou depoentes para a CPI da Corrupção, não alongaria por demais o resultado desta apuração da denúncia feita pelo Deputado Tércio Albuquerque.

Reportaria-me ao final do Governo Hosken de Novaes, quando nós também, a exemplo do Deputado

Tércio, fizemos da tribuna desta Assembléia denúncia de corrupção na Fundação Caetano Munhoz da Rocha. O procedimento do Governador de então, Hosken de Novaes, foi exatamente de instaurar imediatamente uma sindicância. E, no prazo de aproximadamente sete dias, as denúncias por nós formuladas foram apuradas, numa sindicância administrativa interna e os responsáveis pela corrupção foram imediatamente exonerados. Calei-me então na oportunidade porque me dei por satisfeito, até por estar iniciando a minha atuação neste Parlamento. Mas acredito que a simples exoneração de um corrupto, sem a necessária qualificação penal do indivíduo, não preenche realmente os requisitos exigidos pela sociedade paranaense.

Por conseguinte a minha colocação era exatamente esta. Falando hoje em nome da Liderança do nosso Partido, desejaria que Vossa Excelência, intercedesse junto ao Governador do Estado, para que pudéssemos dar uma resposta de pronto à opinião pública do Estado do Paraná. Vossa Excelência solicita dele não apenas informações, mas uma sindicância imediata para se apurar as denúncias; e em sendo comprovadas as denúncias feitas, uma competente aplicação do Código Penal, para que já começássemos a mostrar que este é um Governo diferente. Mas, pelo que já sabemos, um dos implicados nas denúncias foi afastado da BANESTADO Reflorestadora, e já se encontra em outro posto do Estado, por conseguinte não vejo onde o afastamento de um órgão do Estado para outro órgão, possa trazer uma resposta satisfatória à sociedade paranaense. Nós gostaríamos de saber, nós Deputados todos e a sociedade, de saber, realmente, o que aconteceu na BANESTADO Reflorestadora, e se corrupção houve, punir adequadamente de acordo com a legislação penal brasileira.

Muito obrigado, ilustre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sua sugestão será levada em consideração e na verdade se cobrará medidas penais se por ventura houve envolvimento.

O Sr. Fiori Luiz - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento). Deputado Caíto Quintana, nós passamos quatro anos na legislatura passada condenando os desmandos e os erros do governo do PDS. E não seria agora que estamos no governo do Estado do Paraná, que nós iríamos calar, pois sabemos dos vícios, aliás o País hoje é um País mergulhado na corrupção; é um País da impunidade. Todo mundo rouba, a partir dos homens do governo central. É roubo, que desce do Palácio do Planalto e dos Ministérios; um país que tem Delfim Netto na rua solto; Mallu; que tem Andreaazza; que tem Galvéas; que tem Stábile. é um país perdido, porque a corrupção virou uma coisa institucional, comum, normal. Parece que dá "status" o cidadão roubar.

Agora, a verdade que aqui no Paraná, mesmo no Governo do PMDB assim que se levantar denúncia, que se provar, nós seremos os primeiros a endossar que não é o cidadão porque está abrigado na bandeira do PMDB que vai estar impune, e não é só a BANESTADO Reflorestadora, não. Tem outros órgãos aí porque a bandeira do PMDB foi a bandeira da anti-corrupção e o Governador José Richa é um homem sério; mas há o DETRAN, a polícia e outros setores do Governo que estão sob vigilância constante, porque lugar de ladrão é na cadeia, e nós vamos usar a tribuna para falar e alertar o Governador José Richa que não é só na BANESTADO Reflorestadora. Há outras coisinhas aí e nós não vamos compactuar, porque acima de tudo temos que preservar o

nosso Partido PMDB e o Governador José Richa, que é bem intencionado, que é sério e, sair fora do caminho pregado pelo PMDB vai chegar às palas da Justiça, porque vamos levantar daqui, não compactuamos com bandalheira ou corrupção, ou desvios, ou desmandos do Governo do PMDB.

Pode ser minha mãe, meu pai, meu irmão, quem seja. A denúncia será feita aqui, desta tribuna.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Fiori Luiz, concordamos em gênero, número e grau com Vossa Excelência, apenas advertindo que estamos no campo da hipótese e da teoria até o presente momento. Tão logo configurado um fato dentro da área de nosso Governo, então esse fato será apurado e terá solidariedade dos Deputados do PMDB.

O Sr. Tércio Albuquerque — Permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Caíto Quintana, eu fiquei surpreso durante esta semana ao ler duas notícias com o mesmo sentido em jornais diferentes.

Um dos jornais diz que o Deputado Tércio Albuquerque deseja apurar corrupções de seus colegas pedessistas. Outro diz que eu quero acusar um membro do PMDB.

Ora, eu entendi por todos os apartes no seu pronunciamento, que nós teremos que apurar quem é o corrupto, não a que partido ele pertence, porque na Assembléia Legislativa, quando nós usamos da palavra para falar ideologicamente, defendemos o nosso partido; mas quando nós procuramos defender o Paraná acima de tudo, tem que se esquecer a cor partidária; tem que se esquecer o partido político a que se pertence.

Para mim, tando do PMDB como do PDS, cidadão corrupto tem que ser punido na forma da lei e não defendido por nenhum partido político.

Veja bem, um dia desses eu fiquei um pouco estarecido quando vi no "Fantástico" o problema das bancas de jogo de bicho em Londrina, sendo negociadas.

Ora, não podia estar no "Fantástico" as Cataratas do Iguaçu? Não podia estar o nosso litoral? Londrina, com a sua fantástica produtividade na agricultura? Não, está o "jogo do bicho". E diga-se de passagem, Deputado Caíto, eu não tenho nada contra nem a favor do "jogo do bicho", o que eu acho é que devia ser regulamentado isto, e ser dado os impostos arrecadados pelo "jogo do bicho" ou qualquer outro tipo de jogo, para o problema social do nosso Estado. Nós estamos aí com tantos favelados, com tantos nas barrancas dos rios, com tantos irmãos desnutridos, porque não vamos usar isto, que meia dúzia se beneficie, fique rico às custas da vontade do povo jogar?

Vamos acabar com isto. Vamos regularizar o jogo do bicho, e vamos dar apoio aos nossos irmãos desnutridos. Agora, o "Fantástico" scandalizou um pouco Londrina. Acho que essas bancas não é nem um pueril que foi ali divulgado pelo "Fantástico". E se for, melhor ainda, vamos regularizar e pegar esse dinheirão que aí está sendo jogado para meia dúzia de corruptos, até na Polícia é distribuído o dinheiro do "jogo do bicho", e vamos dar para instituição de caráter social do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Tércio Albuquerque, realmente o que o PMDB está fazendo, é demonstrando que a corrupção para nós não tem partido.

E na verdade nós temos ouvido e visto fatos na televisão estarecedores, e gostaríamos que a bancada federal do seu

partido tivesse o mesmo posicionamento, para podermos apurar denúncias, como o rombo dado recentemente no BNCC, e que temos certeza, não acontecerá nada.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mas está sendo apurado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Aqui no Estado do Paraná, se Deus quiser, a Bancada do PMDB e o Governo José Richa, ele eleito democraticamente pelo povo, punirá aqueles que desvirtuarem os caminhos democráticos...

O Sr. Tércio Albuquerque — Diga-se de passagem, com o apoio do PDS.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, divulgou no dia 7 de dezembro seu relatório, dando conta da situação mundial da infância.

Segundo este estudo, cerca de 15 milhões de crianças morreram em todo o mundo durante o ano passado, vítimas da desnutrição e de doenças infecciosas, perfazendo uma média de 40 mil mortes por dia, uma a cada 2 segundos. No Brasil, segundo este mesmo relatório, quase mil crianças morrem diariamente.

Se é dramática a contribuição de nosso País para a taxa mundial de mortalidade infantil, segundo o documento da UNICEF, não menos grave é a sorte dos sobreviventes: 53 por cento deles, entre 1 a 6 anos de idade, sofrem de desnutrição, ou seja, mais de 12 milhões de crianças brasileiras. Ainda: apenas 30,7 por cento de nossas crianças tem peso normal para sua idade e mais de 20 milhões de brasileiros demonstram um potencial intelectual reduzido e a causa principal apontada é a dieta alimentar deficiente.

É um quadro aterrador. E não é para menos. Afinal, no Brasil, que quer ser potência, cerca da metade da população economicamente ativa recebe até um salário mínimo mensal. E, segundo dados oficiais da Fundação Getúlio Vargas, de outubro do ano passado, nos últimos doze meses em referência, a inflação oficial que serve de termômetro para a atualização do salário mínimo, foi de 197 por cento contra uma alta, no mesmo período, da ordem de 336 por cento nos preços dos alimentos.

Do final do ano passado para cá, esse dramático quadro deve ter se modificado bastante e, infelizmente, para pior. Afinal, o PIB diminuiu, a renda "per capita" decresceu e o próprio Presidente da República decretou produtividade zero para os salários em 1984, reconhecendo por decreto, o empobrecimento maior dos brasileiros.

Esta é a nossa dívida maior, a dívida social, bem mais trágica do que os números relativos ao endividamento interno e externo desta Nação.

É uma vergonha saber que o Brasil, o País das obras faraônicas, ocupa lugar de destaque no rol dos que estão traindo e massacrando a infância e, conseqüentemente, assassinando todo dia um pouco, o seu futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tecemos estas considerações para agora, demonstrando que a maior parte dos brasileiros vive sob o signo da miséria, tocamos num assunto atual, que por certo é um dos muitos fenômenos típicos de nosso crônico subdesenvolvimento: o tráfico de crianças.

Nos últimos dias, a imprensa nacional tem dado intenso destaque às reportagens que tratam de venda de crianças brasileiras, o que por certo não é um fato novo e que, com certeza, é uma prática mais que generalizada nas regiões mais pobres deste rico País.

Acontece que desta vez, esta triste cena foi flagrada em plena Curitiba, a segunda cidade mais rica do Brasil. Cumprimos desta tribuna nosso dever como representante

do povo de abordar assunto tão macabro, mas confessamos que, como paranaenses e brasileiros, sentimo-nos envergonhados de ter que comentar o processo de exportação e da escravização de nossas crianças.

Entendemos que este Poder Legislativo tem o direito e o dever de acompanhar os grandes problemas de nossa comunidade. E assim estamos fazendo.

O instituto da adoção visa possibilitar um casal interessado a legitimação adotiva de um filho. Se a lei permite a legalização de uma criança e não necessariamente por fome, desnutrição e miséria, somos forçados a reconhecer o ato sublime e humano em se adotar alguém carente de um lar e de afeto.

O que nos revolta, não é o adotante pátrio ou estrangeiro, e sim o tráfico de menores, a comercialização de seres humanos.

O que nos revolta, não é um estrangeiro adotar uma criança patriciã, mas é a conceituação do Brasil aos olhos do mundo como exportador de menores abandonados e famintos.

O que nos revolta é sabermos que os percentuais de menores abandonados, carentes, famintos, em nossa Nação, são vistos como simples números estatísticos e não como um desafio social a ser vencido.

O que nos revolta é a falta de atenção das autoridades federais para a terrível realidade nacional que está a fabricar uma geração subnutrida, revoltada e carente. Uma verdadeira fábrica de um amanhã sem futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deprimente ao orgulho de nossa nacionalidade, é sabermos que o problema de alguns casais estrangeiros tem hoje destino e preço fixo. Destino: Brasil. Preço: aproximadamente dez mil dólares.

E aqui adotadas por estrangeiros? Quando o menor é adotado por um brasileiro, a adoção é acompanhada e é revogável quando seus objetivos são desconsiderados. E no exterior? Quem vai acompanhar o tratamento e o destino do adotado? Quem vai avaliar o propósito do adotante?

Do ontem nos envergonhamos pela importação de escravos negros; do hoje nos envergonhamos pela exportação de crianças nascidas no berço da miséria.

E o amanhã, Srs. Deputados, como será?

Impotentes, no momento, para reverter os rumos de uma política econômica suicida a nível nacional, pois os donos do poder são há muito tempo ilegítimamente, outros, cabe ao PMDB, pelo menos em nosso Estado, zelar por providências imediatas do Governo no âmbito estadual, no sentido de tranquilizar a sociedade paranaense.

Estivemos ontem em contato com o Desembargador Luiz Renato Pedrosa. Corregedor da Justiça do Estado do Paraná, e ficamos sabendo que as adoções em nosso Estado estão suspensas até a conclusão da sindicância já instaurada.

Também, datados de 30 de março último, trazemos ao conhecimento desta Casa de Leis, os Provimentos números 349 e 350, da Corregedoria da Justiça de nosso Estado, que tratam de disciplinar a adoção de crianças paranaenses e brasileiras, notadamente por estrangeiros, pois sabemos que, além da miséria, são as falhas do instituto jurídico da adoção que possibilitam as maiores fraudes cometidas contra nossa lei e nossas crianças.

Assim, a Corregedoria da Justiça de nosso Estado, considerando que a lei número 6697, de 10 de outubro de 1979, outorga ao juiz de menores a proteção, assistência e vigilância de menores com idade até 18 anos, que se encontrem em situação irregular; considerando que, na maioria dos casos a situação irregular do menor é conseqüência da situação irregular do País; considerando que a legislação brasileira atual de assistência e proteção ao menor incorporou inovações concernentes à adoção de

menor em situação irregular e definiu a forma e a circunstância em que o estrangeiro residente ou domiciliado fora do País poderá pleitear colocação familiar e adoção de menor brasileiro: considerando que a aplicação da lei no que concerne à adoção por estrangeiro residente ou domiciliado fora do País, tem gerado conflitos interpretativos, e carece de expressa regulamentação; considerando que se presume em situação irregular o menor em cuja adoção consentir quem detenha o pátrio poder, por estar o pai ou a mãe privados, não eventualmente, de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória; considerando, finalmente, que se tem constatado, no Estado do Paraná, o crescente interesse de menores brasileiros, por estrangeiros, residentes no exterior, resolve

RECOMENDAR:

1. Aos doutores juizes de direito e serventuários de Justiça do Estado do Paraná, que ao estrangeiro residente ou domiciliado fora do País, só se fará ADOÇÃO SIMPLES exclusivamente de menor considerado em SITUAÇÃO IRREGULAR, não eventual, descrita na alínea "a", inciso I, do Art. 2º da Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979.

2. A adoção simples de menor até 18 anos de idade em situação irregular dependerá de autorização judicial.

3. Aos senhores tabeliães de notas, para que se abstenham de lavrar escritura de adoção de menor brasileiro por estrangeiro residente ou domiciliado fora do País, a não ser nos casos em que houver sentença declaratória da situação irregular do menor e o respectivo alvará, bem como seja o mesmo representado, na lavratura do ato, por curador especial designado pelo juiz.

4. Aos oficiais do registro civil de pessoas naturais para que se abstenham de proceder à inscrição ou averbação de retificação no registro de nascimento, das alterações resunantes da escritura de ação de menor, nas circunstâncias previstas neste provimento, salvo nos casos em que for apresentado o respectivo mandado do juiz de menores.

Da mesma forma e complementando os seus mais imediatos objetivos, a Corregedoria da Justiça, considerando que o Código de Menores, que dispõe sobre assistência, proteção e vigilância de menores até 18 anos de idade, que se encontrem em situação irregular, prevê a colocação em lar substituto, através de adoção simples ou plena; considerando que o mesmo Código estabelece o procedimento a ser obedecido, nos Juizados de Menores, no que se relaciona a processos de adoção, existindo, porém, alguns pontos obscuros ou omissos que devem ser explicitados; considerando que é dever do Corregedor da Justiça, baixar atos de orientação aos magistrados e serventuários da justiça, notadamente visando uma uniformização da exegese dos textos legais, RESOLVEU, através do Provimento nº 350, também com data de sexta-feira última, que:

1. Para autorizar a adoção de menor brasileiro, por estrangeiro não residente ou domiciliado no País, o juiz competente deverá declarar, por sentença, em procedimento verificatório previsto nos Capítulos I e IV, do Título II, do Livro II, do Código de Menores, a situação irregular do menor adotando, permitindo, se for o caso, a cumulação prevista no art. 105, § 1º do referido Código;

2. Ao adotante referido no item anterior, o juiz só deferirá a colocação familiar para fins de adoção simples se o adotando estiver em situação irregular, não eventual, descrita na alínea "a", inciso I, do Art. 2º, da Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979, cuja situação deverá ser declarada por sentença, no procedimento verificatório.

3. O estágio de convivência com o menor, que deve preceder a adoção, não poderá ser dispensado, e terá prazo fixado pelo juiz, observadas a idade do adotando e outras peculiaridades, e no caso de ser o adotante estrangeiro

residente ou domiciliado fora do País, esse estágio não poderá ser inferior a 30 dias.

4. O estágio de convivência será cumprido na comarca do juízo competente para a adoção e será acompanhado, diariamente, por assistente social, que apresentará relatório para oportunamente instruir sindicância sobre os seus resultados.

5. O curador especial designado pelo juiz para representar o adotando na lavratura da escritura pública de adoção, será, sempre, o curador de menores que officiar nos autos do procedimento respectivo.

6. Os documentos exigidos para a adoção redigidos em língua estrangeira, serão traduzidos para a língua portuguesa, por tradutor oficial juramentado.

7. O juiz de menores assegurará prioridade, sucessivamente, ao exame de pedidos de adoção formulados por requerente:

- a) de nacionalidade brasileira residente no País;
- b) de nacionalidade brasileira residente no exterior;
- c) de outra nacionalidade residente no País;
- d) de outra nacionalidade residente no exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No âmbito da Justiça do Estado do Paraná, todas as medidas visando coibir fraudes, em particular ao Código de Menores e ao Processo de Adoção, foram prontamente tomadas.

Fica aqui o nosso voto de aplauso ao Desembargador Luiz Renato Pedrosa, símbolo da competência e da presteza com que o Poder Judiciário de nosso Estado atendeu aos reclamos de uma pronta intervenção do Poder Público.

Por outro lado, infelizmente, sem pessimismo, mas com os olhos voltados para a realidade nacional, somos forçados a acreditar que por mais algum tempo as crianças brasileiras continuarão sendo vítimas inocentes desses vícios; advindos de uma sociedade mergulhada em uma miséria implacável e tolerada apenas pelos que, há muitos anos e de forma irresponsável administram os destinos deste País.

A dose de otimismo fica por conta de um futuro que antevemos como muito próximo, quando este Brasil for governado por quem sabe, quer e procura o bem do povo. Quando o Brasil se transformar num Paraná maior, símbolo de prosperidade e de confiança do povo em seus dirigentes.

Conclamamos o povo paranaense e brasileiro a ainda confiar. Um novo tempo virá. Fé no Brasil. Nosso repúdio ao tráfico de crianças, fruto dos muitos já colhidos pela sociedade brasileira da árvore macabra gerada pelos sucessivos governos indiretos".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Horário das Lideranças, consulto ao Líder do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A medida de ordem administrativa, ontem tornada pública pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, recebeu, desta Casa, como não podia deixar de ser, os elogios merecidos.

Tanto o eminente Deputado Antônio Belinati, homem público que já exerceu diversas funções na vida pública, e sabe o quanto dói e o quanto cala, no fundo do coração dos bem intencionados, a injustiça e a infâmia, quanto o Deputado Paulo Furiatti foram unânimes em enaltecer a decisão do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Eu, igualmente, na dupla condição de fiscalizador das atitudes dos homens públicos e na

posição de ligação por laços sangüíneos com aquele eminente homem público, desejo aqui também registrar os meus cumprimentos pela atitude que visa, sobretudo, evitar que ilações maldosas dos menos preparados, daqueles que, como Albert Eisten dizia, "fazem do medo, da cobiça e da inveja, o monstro de três cabeças porque não podem mostrar o seu valor pessoal", também eu creio que a atitude tornada pública merece o orgulho e o respeito dos paranaenses.

Ainda na segunda-feira, Secção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, pela opinião unânime dos seus membros, e pela voz abalizada de ilustres advogados deste Estado, como o Dr. Alir Ratacheski, profissional de escol e de respeito, quanto o ex-Desembargador Athos Moraes de Castro Velozo, registraram a atitude do Sr. Presidente do Tribunal de Contas como um novo tempo na moralidade administrativa deste Estado, e recomendaram que outras instituições públicas tivessem a mesma grandeza demonstrada pelo Tribunal de Contas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo registrar, neste horário, as razões que levaram aquele órgão da administração pública a tomar as atitudes, antes mesmos que qualquer análise sobre a legalidade dos atos fosse praticada por Tribunais ou pela Justiça do nosso Estado, pois que sabemos que a lei que amparou a nomeação dos servidores referidos antes neste plenário, pelo Tribunal de Contas, foi uma lei aprovada e votada nesta Casa, em 1982, de autoria de um ilustre político paranaense, hoje no partido da Oposição, isto é, a lei que esta Assembléia aprovou e que ensejou a possibilidade do concurso interno do Tribunal de Contas, foi de autoria do eminente ex-ex-Governador Jayme Canet Júnior, que hoje se encontra no PMDB.

Não se discute, portanto, a legalidade das nomeações, o que se discute, sim, é a suspeição da moralidade dos atos praticados, e para que não pairassem dúvidas sobre a atuação de um homem que não tem outro patrimônio na sua vida pública a não ser a sua honradez pessoal e familiar, é que o Sr. Presidente do Tribunal de Contas resolveu anular as nomeações referidas.

Leio para o conhecimento desta Casa, com orgulho pessoal, as razões determinantes da posição do Sr. Presidente do Tribunal de Contas.

"O Conselheiro Cândido Martins de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 55, item 5º, da Lei n.º 5615, de 11 de agosto de 1967, e considerando as seguintes razões: dúvida sobre a regularidade de atos administrativos da Presidência do Tribunal de Contas, devem merecer pronta medida saneadora, com o objetivo de manter íntegro o posicionamento ético e legal da instituição e dos seus integrantes, embora não haja até esta data quaisquer decisões judiciais, além do dever legal constituir-se em obrigação moral do administrador público impedir tendenciosas ilações de suas atitudes que devem ser inquestionáveis, honestas e resguardadas por princípios éticos, normas que tenho cultivado ao longo de minha intensa atividade pública no Paraná, e também, que os atos abaixo discriminados, em certos casos, em razão dos nomes dos beneficiados, induzem a juízo de favoritismo, mormente com relação aos que eram ocupantes de cargos comissionários, a par da competência constitucional e legal para analisar e julgar procedimento dos executores das despesas públicas, municipais e estaduais dos três Poderes, a integridade moral do Tribunal de Contas decorre principalmente da força de seu exemplo, que não permite quebra de autoridade causada por dúvida, de

simulação ou fraude de seus atos, e considerando as normas basilares da Constituição da República, que não podem ser invertidas em decorrência de legislação e hierarquia inferior e que compete ao administrador público rever seus próprios atos, face à conveniência da administração e dos princípios gerais de direito, resolve revogar todas as portarias das pessoas que foram nomeadas em razão de concurso interno e de teste seletivo no Tribunal de Contas, em decorrência da lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Governador Jayme Canet Júnior, resolve tornar sem efeito as ditas portarias de nomeação".

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, devo até, por um dever de consciência, associar-me às manifestações de ilustres homens públicos do nosso Estado, quando enaltecem as qualidades deste grande homem público que é Cândido Martins de Oliveira.

Aprendi a respeitar este valoroso paranaense quando ainda Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná, e ali soube, realmente, desenvolver uma atividade digna, proporcionando uma dinamização dos trabalhos daquele órgão de tal maneira que o Estado do Paraná se projetou no cenário nacional.

E agora, o ilustre Conselheiro Cândido Martins de Oliveira que deu uma nova dimensão ao Tribunal de Contas projetando-o no cenário paranaense e no cenário nacional, foi acusado, injustamente, por pessoas interessadas em prejudicar a sua positiva imagem, lançando dúvidas quanto a sua moralidade.

E esta resposta que o ilustre Presidente dá àqueles que lançam dúvidas. E a sociedade menos informada é digna de um homem realmente competente, de um homem lúcido, de um homem dotado de grandes virtudes, o que serve de credencial para ocupar posição de destaque na condução dos destinos do Estado do Paraná.

E por isso, já tive ocasiões de dizer que realmente Cândido Martins de Oliveira está se constituindo em um nome que se constitui na esperança dos futuros dias do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência por este pronunciamento, como também cumprimento os Deputados que já ocuparam esta tribuna para dizer das suas impressões quanto a magnífica e exemplar atitude deste valoroso homem público.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Vossa Excelência, eminente Deputado Ezequias Losso.

Entre tantos pontos de identificação que nos une e nos torna muito mais do que companheiros de partido, mas irmãos de ideal, há também um traço que é comum à sua ilustre família, e à minha família modesta: a tradição de honestidade e de respeito no tratamento à coisa pública.

Concedo aparte ao eminente Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati — Ilustre Deputado Luiz Alberto

Oliveira, a impressão que nos dá é que pouca gente se preocupou com o concurso propriamente dito. Entendo que a luta da classe política, de um modo geral, é dar ao empregado, estabilidade. Creio que o próprio Congresso Nacional deveria criar uma legislação para amparar aqueles que ocupam cargos em comissão.

Podemos chegar hoje a uma repartição e encontrarmos lá o detentor de uma alta função pública, mas sem nomeação, sem estabilidade de emprego, apenas ocupando um cargo

em comissão. Quando há uma virada na política, aquela autoridade de hoje cai, acaba sendo demitida, perde a função e é comum a gente encontrar pessoas que passam a ter inclusive problemas para arranjar um outro emprego, outro trabalho, até para o sustento de sua família.

Eu fico imaginando, Deputado Luiz Alberto Oliveira, que, na verdade o que ocorreu no Paraná, especialmente com o irmão de Vossa Excelência, Cândido Manoel Martins de Oliveira, foi apenas um pretexto o "carnaval" que se armou com relação a este concurso do Tribunal de Contas. Apenas um pretexto.

Por que?

É o que eu disse: é que quase todos os políticos entendem o direito de estabilidade de todos aqueles que ocupam funções ainda que em cargo em comissão. Quando eu digo apenas um pretexto, esse concurso, procurei analisar, ainda quando me encontrava em Londrina e cheguei a uma conclusão: o irmão de Vossa Excelência é hoje uma das maiores lideranças do nosso Estado; um dos candidatos natos a Governador do Paraná.

Não definiu ainda, através de qual partido poderá vir a disputar esse cargo, e logo em seguida a esse concurso, começaram inclusive a mandar xerox de certidões a todo Paraná, cidades que nada tinham a ver com o concurso. Por que? Porque estavam apavorados com a liderança de Cândido Manoel Martins de Oliveira e precisavam "queimá-lo" a todo custo, mesmo estando o Paraná, ainda a quase três anos da próxima eleição de Governador do Paraná.

Então o concurso foi um pretexto, para tentar atingir, denegrir a honra de Cândido Manoel Martins de Oliveira. Acho que o "tiro saiu pela culatra", porque Cândido Manoel Martins de Oliveira é dotado de uma inteligência ímpar, e hoje aqueles que viam nesse concurso a oportunidade de "queimá-lo" já estão apavorados porque sabem: primeiro, que os funcionários que vão entrar com um mandato de segurança, certamente vão ganhar na justiça e vão continuar no cargo, e que a liderança de Cândido Manoel Martins de Oliveira, o respeito que o Paraná nutre por ele, não será atingido de forma alguma.

Reafirmo aqui, a admiração que pessoalmente tenho pelo seu irmão, e se não fosse ele o grande líder que é, da política do Paraná, uma esperança como um dos possíveis candidatos a Governador do Paraná, não teria sido criada esta celeuma, esta polêmica, em torno deste concurso.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência, e em especial ao Conselheiro Cândido Martins de Oliveira.
O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na seqüência.

É evidente, eminente Deputado Antônio Belinati, que a celeuma criada foi com o objetivo político, daqueles que não têm a capacidade pessoal, daqueles que não se afirmam pelo valor das suas obras, e que precisam tentar denegrir a imagem de terceiros.

Pois se assim não fosse, aqui mesmo nesta Assembléia, teria sido, inclusive pelos legisladores, provocada a revogação da Lei de 1982.

O porquê não se atacar outros Poderes deste Estado, como por exemplo o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ou o Tribunal de Alçada, que tem se valido desta faculdade legal, como, igualmente, este Poder Legislativo, para a promoção de atitudes como esta. E não vamos só ficar na análise de atos e de atitudes estaduais, mas pensemos, igualmente, em organismos respeitáveis no País, em termos de pessoal, como por exemplo o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a PETROBRÁS, e

outras instituições paraestatais que adotam o mesmo comportamento.

Mas gostaria, eminente Deputado, de dizer a Vossa Excelência, que o único Conselheiro do Estado do Paraná que não se beneficiou com a lei dos 15 anos, é exatamente Cândido Manoel Martins de Oliveira. Enquanto todos os outros, inclusive ilustres Parlamentares do PMDB se aposentaram em razão da lei dos 15 anos, tão criticada com Saul Raiz, mas tão esquecida com relação a homens do PMDB: como o Deputado Renato Bueno, tão lembrada com relação a Saul Raiz mas tão esquecida quando o Governador José Calil Richa se vale desta lei para nomear um ilustre ex-Parlamentar: Amaury de Oliveira e Silva.

Nós percebemos, que é evidente o propósito político das ilações levianas, descabidas e suspeitas feitas com relação ao Tribunal de Contas.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, na verdade eu entendo que se o Conselheiro Cândido Manoel Martins de Oliveira revogou as portarias, se deve à fragilidade moral das nomeações.

Por outro lado, em relação ao Governo Federal, todos nós sabemos que a Constituição Federal define que a primeira instância de qualquer pessoa num órgão público, há necessidade de concurso público.

Nobre Deputado, se efetivamente o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná não tivesse absolutamente dúvida alguma quanto à moralidade das nomeações, eu duvido que o Presidente do Tribunal de Contas revogasse essas portarias, apenas por ilações.

Agora, admito que, verificado o seu erro, ele o recupera, à medida que revoga essas portarias.

Nobre Deputado, no Tribunal de Contas as pessoas que entraram, não tiveram a primeira instância por concurso público, porque foram nomeadas em cargo de comissão. Portanto, única e objetivamente pela vontade do dono do cargo em comissão. Se tivessem entrado pela primeira vez por concurso público, estariam aptas a entrar nesse processo.

Mas, aproveito esta oportunidade, de dizer que, se existe essa lei estadual que confronta com a Constituição Federal, me proponho, junto com Vossa Excelência, a assinar um projeto de lei e revogar essa. E me proponho mais: não é justificando um erro que nós explicaremos outro. Se pessoas estão se aposentando na imoralidade dos 15 anos, está errado, e eu me proponho a assinar junto com Vossa Excelência a revogação desta barbaridade que é a aposentadoria dos quinze anos do Tribunal de Contas.

Lamento informar que Vossa Excelência desconhece a legislação. Lamento informar a esta Casa que Vossa Excelência não conhece. Parlamentar que é, a legislação existente. A demonstração de Vossa Excelência ao dizer que não sabe que existe uma lei possibilitando o concurso interno, é declaração, evidente, que Vossa Excelência desconhece o assunto em tela.

O Sr. Paulo Furiatti — Não falei isso...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência acabou de dizer, se referindo à Constituição Federal, que não sabe que existe uma lei estadual.

Vossa Excelência demonstra, exclusivamente, nesta Casa, a sua ignorância a respeito do assunto.

O Sr. Paulo Furiatti — Não seja dúbio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Aliás, ignorância, Deputado, que Vossa Excelência não pode, porque a nenhum brasileiro é legítimo escusar-se do conhecimento da lei.

da lei. Quanto mais um Parlamentar estadual, que veio para esta Casa reeleito por votos populares...

O Sr. Paulo Furiatti — Não desvie o assunto para o caráter pessoal. Vamos ao objetivo de sua explanação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... são suficientes para torná-lo Deputado, mas o fez um suplente de Deputado que hoje comparece a esta Casa...

O Sr. Paulo Furiatti — É a única acusação que Vossa Excelência faz a mim.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não gosto de fazer acusações de caráter pessoal.

O Sr. Paulo Furiatti — Mas está fazendo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não é do meu feitio. É o resultado das eleições. São resultados públicos.

Está aí o Tribunal Regional Eleitoral para dizer que Vossa Excelência foi reprovado nas urnas e que apenas chegou aqui em razão da nomeação do Deputado Deni Schwartz para Secretaria de Estado.

O Sr. Paulo Furiatti — Isto está na Constituição. Se estou aqui, estou como Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Já que Vossa Excelência coloca em dúvida o questionamento e a posição do Presidente do Tribunal de Contas ao tornar pública uma atitude que julgou que deveria tornar e Vossa Excelência pretende julgar a intenção do Presidente, poderia julgar outras intenções de Vossa Excelência, por exemplo.

A intenção de Vossa Excelência quando indicou para esta Casa o seu irmão, para ser funcionário, sem concurso...

O Sr. Paulo Furiatti — Absolutamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência escute, porque a verdade dói.

Vossa Excelência sabe que indicou, para administração da Casa, o seu irmão, Paulo José Furiatti, funcionário...

O Sr. Paulo Furiatti — Absolutamente. Isto não é verdade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... contratado por este Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 16 de março de 1984.

O Sr. Paulo Furiatti — Não é verdade, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Está aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a cópia da Portaria n.º 181/84. Quando

Vossa Excelência, sem concurso público, sem teste de seleção, mas aí sim, na base do apadrinhamento político, para conseguir emprego...

O Sr. Paulo Furiatti — Fale a verdade, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... para o seu irmão, fez a indicação para o Dr. Clóvis Stadler de Souza.

Agora vou colocar em dúvida a intenção de porquê o seu irmão não assumiu. Realmente, seu irmão não assumiu para que não fosse colocada em dúvida a sua pretensa moralidade, Deputado.

(Interferência ininteligível do Deputado Paulo Furiatti).

Tenho profundo respeito por esta Casa. Temos aqui Deputados sérios, decentes, honrados, dos dois partidos. E se Vossa Excelência fez a indicação do seu irmão e depois este não assumiu, provavelmente é porque Vossa Excelência julgou que seu irmão deveria continuar no emprego federal que tem na ELETROSUL ou na ELETROBRÁS. Como Vossa Excelência, aliás, tinha funções de confiança no governo passado; como Vossa Excelência se caracterizou como funcionário fantasma do ITC, porque...

O Sr. Paulo Furiatti — Isto é mentira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... ficou um ano sem trabalhar. E eu poderia tirar informações de todas estas atuações, mas prefiro entender que as razões que o levaram a indicar o seu irmão para funcionário da Assembléia sejam as mais altruístas possíveis. Que o seu irmão seja um

moço digno, decente, de bem e que viesse, com o concurso de sua inteligência, ajudar este Poder Legislativo, concordo.

Agora, o que não posso concordar é com um governo venal. Com um governo que nomeia o Diretor Administrativo da FUNDEPAR para um cargo de Técnico da FUNDEPAR.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em que País estamos, em que Estado estamos, onde o Diretor Administrativo, além da sua função administrativa, é nomeado para o quadro de funcionários da FUNDEPAR, depois de termos passado para o início deste ano a maior crise do massacre, da exoneração, do ódio, da perseguição que se implantou neste Estado? Os falsos moralistas de ontem vão para a FUNDEPAR e passam a nomear o Sr. Zeferino Peri para ganhar a quantia de Cr\$ 957 mil.

Mas pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é só funcionários; também a esposa do Secretário da Agricultura, Sra. Nilda Matos Germer, foi nomeada para exercer o cargo de Técnico Júnior, na FUNDEPAR, ganhando a quantia de Cr\$ 456 mil.

O SR. PRESIDENTE — (Francisco Escorsin) Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... Este é o Governo que vamos permanentemente denunciar. O governo do irmão do Senador Álvaro Dias, que não acaba prestando contas de quanto deu de lucro ou de prejuízo à CAFE DO PARANÁ. O governo do "compadrio", do "afilhadismo", o Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dos sócios que proliferam.

Este é o governo que temos no Paraná, e que o povo do Paraná, em 1986, vai dar a resposta, elegendo homens honrados e dignos como Cândido Martins de Oliveira, para governador deste Estado.

(PALMAS, Muito bem, da bancada do PDS).

O SR. PRESIDENTE — (Francisco Escorsin) Está encerrada a Hora do Expediente. Passamos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto de Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para integrarem a Comissão Especial que irá a Brasília, solicitar urgência no julgamento do jornalista Juvêncio Mazzarollo pelo Supremo Tribunal Militar. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para substituírem os Srs. Deputados, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, na Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá estudar irregularidades do jogo do bicho. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS

DA VILA LEÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável e Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado o Substitutivo Geral.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 180/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina "ESTRADA HEITOR ALENCAR FURTADO", a estrada que liga Paranavaí a Santa Isabel do Ivaí. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 184/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NORTE PARANAENSE DE ÁUDIO-COMUNICAÇÃO INFANTIL — AMPACIM, com sede e foro na cidade de Maringá. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 192/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 99/83 (Mensagem nº 115/83, ex-Proposição nº 110/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o 8º Termo Aditivo de 16/01/82 ao Convênio celebrado em 07/10/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando dar continuidade aos Serviços de Informações de Mercado Agrícola. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 100/83 (Mensagem nº 112/83 - ex-Proposição nº 107/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e os municípios que especifica, celebrados em 08/05/80, para realização da 1ª Festa do Feijão e em 30/11/82, para realização da 1ª Exposição Sulamericana de Suínos e VIII EXPOBEL. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 101/83 (Mensagem nº 113/83, ex-Proposição nº 108/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o 3º Termo Aditivo de 17/02/82, ao Convênio celebrado em 18/12/80, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudanças Fiscalizadas no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 102/83, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que assegura aos ex-Deputados Estaduais os Títulos e Tratamentos adquiridos quando no exercício de mandato eletivo e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. 125, de 09/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/83.

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, vem a exame desta Comissão o presente projeto de resolução, que intenciona assegurar aos ex-Deputados Estaduais os

títulos e tratamentos adquiridos quando do exercício de mandato eletivo, alinhando, ainda, outras medidas pertinentes ao assunto principal.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa, já prescreve com sabedoria, tratamento diferenciado a ex-parlamentares que, atualmente, dispõem de lugares especiais para assistência às Sessões da Assembléia.

Desnecessário afirmar-se, aplicando-se dispositivos por analogia, que as autoridades, de um modo geral, ao deixar seus postos administrativos ou políticos, recebem deferências eternas, em consideração as suas atuações pretéritas, como é o caso dos Ministros que ao deixar o posto recebem tratamento como se em atividade estivessem. Para comprovação dessa afirmativa, basta consultar a ordem de precedência em reuniões protocolares, que asseguram à Mesa dos trabalhos, lugar preferencial para ex-Presidentes, ex-Ministros, etc..., destacando-se de autoridades em exercício.

Assim, só temos a louvar a medida, a par de sua perfeita legalidade e constitucionalidade, exarando nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 102/83

Com esse voto em separado, estamos propondo uma emenda para melhor elucidar as intenções do autor do projeto, a qual seja assegurar aos ex-Deputados Estaduais os títulos e tratamentos adquiridos quando no exercício do mandato eletivo, na esfera do Poder Legislativo.

Embora a resolução tenha apenas a sua abrangência na esfera do Poder Legislativo, para se evitar interpretações dúbias, no nosso entendimento, essa característica, deverá constar no bojo da resolução.

Este é o nosso voto em separado ao parecer favorável, com a emenda anexa.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente;
(a) AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/83

Os artigos 1º e 2º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º — Os ex-Deputados Estaduais, no âmbito do Poder Legislativo, continuarão a fazer jus aos respectivos títulos e tratamentos, adquiridos quando do exercício do mandato eletivo, mesmo que os tenha adquirido na qualidade de suplente empossado.

Art. 2º — A Carteira de Identidade Parlamentar, fornecida pelo Poder Legislativo, será emitida para o ex-Deputado Estadual, constando a data da última legislatura a que pertencer".

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

Apoioamento:

Ervin Bonkoski, Homero Oguido, Hermas Brandão, Aníbal Khury, Ezequias Losso, Caíto Quintana e uma ilegível.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 105/83, (Mensagem nº 122/83 - ex-Proposição nº 123/83) oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 07/02/83, sob o nº 19/83, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando implantação de um micro-sistema de abastecimento de água na sede Distrital de Iguiporã e Vila Bom Jardim. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 106/83, (Mensagem nº 108/83 - ex-Proposição nº 103/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio nº 66/83, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando execução do "PRONOROESTE". **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Francisco Escorsin) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar Possíveis Irregularidades Administrativas, no sentido de que se dê urgência para apuração de fatos que envolvem a BANESTADO Reflorestadora. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, contante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo informações quanto a participação da mesma nos trabalhos da recuperação da bacia do Rio do Campo, manancial hídrico do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo informações sobre as denúncias de corrupção ocorrida no FUNRURAL do Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico público no aeroporto do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes fechada em suas laterais e com cobertura, no município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine junto à Secretaria da Administração quanto a possibilidade de instituição no Estado, aos Servidores Públicos, a licença-prêmio em forma de pecúnia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Corregedor da Justiça, apresentando congratulações pelas providências tomadas pela Corregedoria com relação ao problema de adoção de menores em nosso Estado, através dos Provimentos nºs 349 e 350. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Mensagem e Proposta de Trabalho apresentada na Comissão de Turismo. **Aprovada.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo o afastamento do Professor Lindro Rodrigues, da Direção da Escola de Godoy Moreira, no Município de São João do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a abertura de inquérito policial a fim de serem apuradas denúncias contra o Senhor Diretor da Escola de Godoy Moreira, no Município de São João do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, com apoio dos Senhores Deputados Caíto Quintana, Adhail Sprenger Passos e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, encarecendo informações pertinentes à denúncia do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, e que envolve a BANESTADO Reflorestadora. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Francisco Escorsin) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Falo em Explicações Pessoais, mas farei por partes.

Há pouco, subiu à tribuna o Líder do PDS nobre Deputado Martins Oliveira. E o Deputado Martins Oliveira, entre outras coisas, desfilou o seu ódio quando tenta me colocar como Deputado de 2ª categoria por estar nesta Casa em condições de Primeiro Suplente e Deputado.

Todas as vezes que o Deputado tentou pessoalmente argumentar, ele levanta esta questão tal qual eu não estivesse no momento exercendo a função de Deputado.

Em segundo lugar, faço questão absoluta de esclarecer as questões que o Deputado levantou contra a nomeação de um irmão meu.

Nunca coloquei aqui nobre Deputado nenhuma restrição contra a ocupação dos cargos de confiança: sejam dos Deputados, seja do Presidente do Tribunal de Contas, seja do Governador. Porque, o cargo em comissão nobre Deputado é um cargo de confiança e diga-se a bem da verdade, tomei conhecimento nesta Casa da indicação de um irmão meu nomeado, através da boca do Deputado Luis Alberto. E fiz questão logo após o Deputado ter me interpelado no corredor e me mostrado a portaria de nomeação, fiz questão absoluta de falar com o secretário desta Casa, no restaurante. Posteriormente fiz questão absoluta de solicitar ao Diretor Geral desta Casa a imediata demissão dentro daquelas condições de nomeação.

Isso se faz necessário de esclarecer. Porque efetivamente nobre Deputado, realmente fiz um pleito ao Secretário desta Casa para que ocupasse um cargo em comissão de assessoria à Comissão de Transportes.

Mas, nunca, fiz um pleito para que meu irmão fosse nomeado na forma como foi. Tanto é que nem ele sabia e, nem eu sabia nobre Deputado. Eu soube através da sua palavra, no seu gabinete.

Essa é uma é uma questão que eu faço a mais absoluta questão de explicar.

A segunda questão, Vossa Excelência disse que quando eu trabalhava eu era funcionário fantasma.

Uma vez já disseram isso. E eu vim a esta Casa e trouxe toda a minha ficha funcional do Instituto de Terras e Cartografia em que se comprova, inclusive trabalho até o dia 15 de julho, quando estive em Cascavel com os desapropriados de Itaipu, em função do ITC, tenho relatório dos serviços prestados durante este tempo, tenho uma folha de serviço, nobre Deputado, e tenho todo o histórico do ITC. É importante esclarecer isto!

Mas, vamos agora ao Paraná do Tribunal de Contas; no dia 21 de novembro o Presidente do Tribunal de Contas faz um concurso interno em que participam deste concurso interno, pessoas que ele mesmo nomeou, como cargo de confiança, que eu absolutamente questionei, estas pessoas fizeram um concurso interno, cujos documentos estão em posse da CPI da Corrupção e entre elas duas filhas do Presidente do Tribunal de Contas, filhos de Conselheiros, um verdadeiro Panamá!

De lá até agora, o Presidente do Tribunal de Contas, naturalmente analisou, pensou, passaram-se quatro meses; ele em declarações aos jornais, entendia, na época que as nomeações eram normais e morais, naturalmente, nestes quatro meses de reflexão, o Presidente do Tribunal de Contas entendeu que poderiam ser, no seu entendimento pessoal, até legais porém não eram morais, e tomou uma decisão, que eu a esta Tribuna hoje nobre Deputado, fiz, pessoalmente questão de realçar, é uma decisão que um homem público toma e é correta essa decisão!

Se ficasse, se persistisse em cima do erro, é que nós teríamos muito mais questionamentos, agora a medida em que ele tem quatro meses, reflete, pensa, a Ordem dos Advogados prepara uma ação popular, ele conversa com os advogados, analisa e verifica que a posição não era exatamente aquela que ele pensava, e ele volta atrás e revoga as Portarias, entendo que é um ato correto, é um ato correto!

Quando falava aqui ainda hoje, eu dizia que para que completasse essa intenção apenas faltava a devolução aos cofres públicos desses quatro meses de recebimento, em meu ponto de vista, irregular, pessoas que entraram em 1981, pessoas que foram admitidas próximo ao concurso interno, e daí que, inclusive me coloco contra qualquer concurso interno na Assembléia, porque é o mesmo processo da sinecura, porque se tivesse um concurso interno aqui dentro, nobre Deputado, qualquer cidadão aqui, nomeia irregularmente um parente, um amigo, e nós estaríamos fechando às demais pessoas a oportunidade de prestar um concurso público e aqui vir trabalhar.

Foi por esta razão, nobre Deputado, que não aceitei a indicação de meu irmão, e não aceito concurso interno, porque nós cerceamos a oportunidade do cidadão comum muitas vezes mais capacitado, a ter acesso ao concurso público!

São milhares de desempregados e nós não podemos nos dar ao luxo de 50 pessoas entrarem no Tribunal de Contas num concurso interno, cujo selecionamento anterior já foram as indicações dos cargos em Comissão, cujas nomeações anteriores já são de foro pessoal. Cargo em Comissão, nobre Deputado, eu entendo assim, digo mais abertamente não tenho absolutamente nada contra um Parlamentar que nomeie a sua esposa para um cargo em Comissão, se ela trabalha para ele dentro do dia a dia. Eu não tenho, e assumo isso; assumo porque não sou hipócrita, nobre Deputado. Não sou hipócrita. O cargo de confiança, seja do Deputado, seja do Secretário, seja

do Governador, seja do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, está, exatamente, imbutido de que está numa decisão pessoal e individual e que quando aquele indivíduo tem um cargo de confiança, e ele deixa de exercer a sua função, aquele cargo é aberto para o próximo que chega; ele não se perpetua na vida pública; ele não se enraíza na vida pública; ele permanece enquanto permanece o homem público naquele determinado cargo. Esta é a minha compreensão. Eu não tenho nenhum parente, nem mulher, no meu gabinete; poderia ter. O meu cargo de confiança não é absolutamente meu parente, poderia ser. Este é uma primeira questão, nobre Deputado. Não questiona, absolutamente, o cargo de confiança, porque é um cargo de confiança que depende da vontade única, exclusiva e individual. Agora, questiona se usar o cargo em comissão para, posteriormente, num processo restritivo, dar permanência aos funcionários públicos, dar permanência ao funcionário que consegue apenas fazer um concurso seletivo interno pela influência pessoal, pelo tráfico de influência. Esta é a questão. A questão está exatamente aí, porque se temos um concurso interno nobre Deputado, apenas as pessoas que trabalham dentro daquele organismo podem se sujeitar a permanecer no cargo público e serem funcionários públicos.

Sr. Dirceu Manfrinato: Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

e Nós ouvimos, atentamente, o pronunciamento do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder do PDS neste Poder Legislativo. Nós dizemos, a princípio, que somos amigo pessoal do Presidente do Tribunal de Contas, quando ex-Secretário da Educação já o conhecíamos, e pessoalmente nada temos contra sua pessoa, a não ser o respeito e a consideração. O que não entendemos é que no final do pronunciamento do Líder do PDS, neste Poder Legislativo, é que fugiu totalmente, atingindo a pessoa do Presidente da CAFÉ DO PARANÁ, Osmar Fernandes Dias, e que não aceitaríamos de forma nenhuma, porque acima de tudo a CAFÉ DO PARANÁ durante quinze ou vinte anos, nunca fechou o seu balanço em azul. E nós queremos afirmar ao Líder do PDS que após um ano que, se não me falha a memória se completa hoje, na frente do desafio da corrupção, através do Dr. Osmar Fernandes Dias, a CAFÉ DO PARANÁ fechou seu balancete em azul. O que não entendemos e que conflitou, inclusive, que acho que essa acusação feita a Osmar Fernandes Dias, ela se resume exatamente atingir a pessoa do Senador Álvaro Dias, também um pretense candidato a Governador do Estado em 1986. Então eu observo, ao finalizar seu pronunciamento, Líder do PDS, Vossa Excelência foi feliz na colocação porque lançou o seu irmão candidato ao Governo do Estado do Paraná. e, ao mesmo tempo, usando da pessoa de Osmar Fernandes Dias tentando denegrir a imagem do Senador Álvaro Dias.

Então, nós entendemos que foi apenas um objetivo político e que nós não aceitamos as acusações contra o Dr. Osmar Fernandes Dias que vem desenvolvendo um trabalho e contendo junto à CAFÉ DO PARANÁ; CAFÉ DO PARANÁ de hoje que vai em busca de soluções aos lavradores do nosso Estado e, acima de tudo, procurando solucionar os problemas mais prementes que vem sofrendo o lavrador paranaense e brasileiro.

Era isso, e eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. SR. PAULO FURIATTI: Portanto, Sr. Presidente e Srs.

Deputados, a questão pode ser até conceitual ou de visão de como as coisas devem ser encaminhadas. Porém, participei da comissão que fez a reestrutura do processo da Assembléia e consta lá concurso interno. Estou apresentando

um projeto para transformar em concurso público, para que eu possa ser coerente com os meus princípios. O princípio da coerência e oportunidade a todos, nobre Deputado, o princípio de que o cidadão comum deve ter o direito de pleitear um cargo no Organismo Público, e não depender do tráfico da influência, ou da influência pessoal.

Nas conversas que temos tido com os próprios funcionários da Assembléia...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira - Concede-me um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência entrou no governo do Estado por concurso público?

O SR. PAULO FURIATTI - Perfeitamente.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Por concurso público?

O SR. PAULO FURIATTI - Na Secretaria da Agricultura, em 1976.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Concurso público?

O SR. PAULO FURIATTI - Concurso público e filiado ao PMDB.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Não. Vossa Excelência está equivocado. Até porque Vossa Excelência é funcionário CLT, e para funcionário CLT não precisa concurso público.

O SR. PAULO FURIATTI - Não, eu não sou funcionário efetivo, mas, ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência foi nomeado em razão de um teste no Grupo de Recursos Humanos. Vossa Excelência não fez concurso público.

O SR. PAULO FURIATTI - Mas teste público, porque eu não sou funcionário efetivo, mas fiz um teste em que foi afixado edital. Os estudantes de Agronomia fizeram os testes, e eu era um deles. Filiado ao PMDB entrei na Secretaria de Agricultura. Sou filiado desde 1983.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - E depois Vossa Excelência ocupou cargos de confiança do Governo.

O SR. PAULO FURIATTI - Posteriormente ocupei cargos de confiança do Governo. Agora, a questão de filiação no PMDB demonstra, que se não tivesse tido a oportunidade de ter feito um teste, eu não teria absolutamente tido condições de participar.

O SR. PRESIDENTE (Ervin Bonkoski) - A Mesa consulta ao orador se quer utilizar de mais tempo?

Concedo mais cinco minutos ao orador.

O SR. PAULO FURIATTI - Portanto, nobre Deputado, entendo que é um direito inalienável dos cidadãos terem acesso a todo e qualquer tipo de concurso, principalmente àqueles em que se dará condição de funcionário público. Esta é a questão fundamental. Espero, nobre Deputado, que tenha esclarecido estes pontos de vista, para que não fiquemos aqui nas retalhações únicas exclusivas, pessoais, mas, possamos discutir até as questões conceituais. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O Sr. Tadeu França - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Deputado Paulo Furiatti, pelo testemunho de sua existência voltada para o trabalho, causa-me surpresa a condição do Líder do PDS em subitamente converter-se em esquadrihador de sua vida, que por si mesma é um livro aberto à comunidade, à sociedade.

Eu quero enaltecer a sua paciência, porque a qualificação de funcionário fantasma absolutamente impropriedade, Vossa Excelência revela uma humildade ímpar, porque a uma acusação falsa se responde judicialmente, e Vossa Excelência humildemente vem a esta Tribuna para dar explicações a quem não parece disposto a reconhecê-las.

Parabéns, portanto, e que na condição de suplente que vem assumir o mandato, Vossa Excelência está dando

testemunho da coerência, a partir da sua atuação parlamentar, dando lição aqui em tão pouco tempo, e com poucos votos, a certos monstros sagrados, aqui já apelados há muitos anos, e que não souberam, até hoje pautar pela coerência, pela transparência, e pela lealdade aos seus compromissos da forma como Vossa Excelência vem se conduzindo.

Parabéns, portanto, e que independentemente da voz dos esquadrihadores da vida alheia, no que tange aspectos profissionais permaneça em torno das grandes propostas políticas, porque o momento nacional é muito grave, e o Paraná espera de um Parlamentar aqui nesta Casa, uma postura muito mais coerente, do que apenas aquela de vasculhar, para levantar afirmativas incoerentes e procedentes contra a vida profissional de uma parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Ervin Bonkoski) - Concedo a palavra para Explicações Pessoais ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu queria ocupar a tribuna em explicações pessoais para rebater algum argumento novo trazido à discussão pelo Deputado Paulo Cesar Furiatti, entretanto como Sua Excelência não trouxe nenhum dado de caráter novo à elucidação dos fatos, e apenas exerceu o seu direito pessoal de explicar a nomeação de seu irmão e de fazer o auto-elogio de sua carreira como funcionário público do Governo do Estado, eu declino da oportunidade de ocupar a tribuna. Desejo, entretanto, esclarecer dois pontos dos ilustres Deputados apartes. Primeiro, do Deputado Tadeu França. Não sou só eu que me preocupo com a vida profissional dos ilustres Deputados desta Casa. Até Sua Excelência o Secretário da Administração, Dr. José Olímpio, em edital público, não reservado, publicado no Diário Oficial deste Estado, chamou Sua Excelência o Sr. Deputado Tadeu França para que fosse à Secretaria da Administração dar explicações a respeito da sua lotação como professor da cidade-canção do nosso Estado do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilação maldosa seria dizer que o Deputado Tadeu França é professor fantasma. Não o fiz Sr. Presidente, nem na ocasião, nem agora, porque entendia que aquele ato da Secretaria da Administração demonstrava, até, um profundo desrespeito com os educadores do nosso Estado, porque até homem como o Professor Heitor Borges de Macedo, professor emérito da Universidade Federal do Paraná teve o desprazer de ser chamado por edital após ter sido aposentado há trinta anos.

Quis considerar Deputado Tadeu França, como mais uma prova de incompetência do PMDB, do que uma tentativa de regularização de funcionários que tinham mais do que um padrão.

E desejo também no aparte responder ao meu caro eminente Deputado Manfrinato, não tive nenhuma preocupação de ofender por linhas travessas o Senador Álvaro Dias. Tenho elementos mais do suficientes para demonstrar quem é Álvaro Dias ao Paraná. Quando tiver que fazer uma colocação de caráter crítico com relação ao Senador Álvaro Dias, o farei de pronto. Lamento, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para sair do vermelho e entrar no azul, a CAFÉ DO PARANÁ tenha que ter tido a venda de sementes de algodão a um preço exorbitante a pequenos proprietários rurais do nosso Estado, que tiveram dificuldades em adquirir a semente de algodão, e só por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, esquecidos do compromisso da campanha, é que a CAFÉ DO PARANÁ, que é uma entidade não para dar lucro mas para fazer o fomento agrícola do nosso Estado, teve a possibilidade

de dar um prejuízo que o Paraná não conhece ainda, porque o seu Diretor Administrativo, ex-Prefeito de uma cidade de Ielêmaco Borba, recusou-se a assinar o balanço da CAFÉ DO PARANÁ, segundo declarações que prestou à imprensa.

Não é do meu feitio pessoal - e eu, nesta Casa, tenho pautado minha vida pelo profundo respeito aos meus adversários.

Prefiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, travar o livre e o bom combate das idéias, do que entrar no aspecto privativo das pessoas.

Entretanto, por não ter no meu dicionário a palavra "medo", aceito de quaisquer Deputados o desafio de caráter pessoal, de caráter familiar ou de caráter da tribuna, das idéias do Parlamento que deve ser.

Este é o testemunho que presto a esta Assembléia.

Não pretendo analisar a vida privada de quem quer que seja, mas não me recuso a entrar neste campo, quando a este campo se atiram os menos preparados e os mal-intencionados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 101/83, 102/83, 105/83, 106/83.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 107/83, 108/83, 109/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO TERCIO ALBUQUERQUE, EM SESSÃO DO DIA 04 DE ABRIL DE 1984.

COMISSÃO DE TURISMO MENSAGEM

PROPOSTA DE TRABALHO

1. MENSAGEM "Período 1984/85"

Neste momento crucial para a Nação Brasileira, que se encontra diante de um dos mais difíceis períodos de sua história, em razão de fatores os mais diversos e que não cabe analisar neste momento, cumpre-nos assinalar com natural regozijo, que indicadores confiáveis já revelam o início da retomada do desenvolvimento econômico: em níveis ainda modestos, bem o sabemos, mas extremamente significativos, tendo em vista o desempenho anterior da nossa economia.

Nesse contexto, vale ressaltar a importância do Turismo, que sempre demonstrou vitalidade e criatividade ímpares, no sentido de definir opções e estabelecer procedimentos adequados de suas atividades, principalmente por não desconhecemos os seus integrantes que, em períodos recessivos, os primeiros a serem atingidos são os empreendimentos ligados ao setor, com as consequências extremamente danosas, tanto de ordem econômico-financeira, quanto no aspecto social, representado mais especificamente, neste caso, pela drástica redução da oferta de empregos.

Assim, entendemos que o aprimoramento de políticas de apoio ao setor Turismo deve constituir meta permanente do Governo do Estado; diretamente, mediante a ação conjugada da Secretaria de Cultura e Esporte e da PARANATUR e, indiretamente, pelo apoio

efetivo a iniciativas advindas de outros segmentos representativos dos interesses da atividade, determinadas por motivações nem sempre coincidentes com as do Poder Executivo, mas, com objetivos finais perfeitamente sintonizados com as mais nobres aspirações de todos aqueles que se encontram engajados nesse processo.

Por uma questão de justiça, devemos aqui ressaltar o empenho que a PARANATUR, principalmente nestes últimos anos, vem implementando ações destinadas a dotar o Paraná de condições para bem receber, de modo a tornar a permanência dos que nos visitam a mais agradável possível, com as naturais vantagens decorrentes dessa forma de agir.

Paralelamente às ações da PARANATUR cabe realçar o trabalho extremamente louvável que vêm desempenhando o BADEP e o BRDE, ao longo destes anos, de inestimável valia para o desenvolvimento do setor, através de financiamentos concedidos com recursos canalizados pela EMBRATUR e de seus próprios orçamentos, a custos finais inferiores aos que vigoram para as demais atividades enquadradas em suas linhas de crédito.

Para finalizar, resta-nos agradecer, também, aos nobres companheiros a confiança uma vez mais depositada em nosso nome, uma vez que a recondução a este cargo, que ocupamos durante a legislatura anterior, nos obriga a redobrar esforços em favor de uma categoria social e econômica das mais importantes no contexto macroeconômico do País e que, nem sempre, tem seus méritos devidamente reconhecidos. Acreditamos importante afirmar, nesta oportunidade, ainda, que esperamos contar com apoio integral de todos os participantes desta Comissão, independentemente de suas colorações partidárias ou ideológicas já que a bandeira de luta em prol do Turismo deve ser sustentada por muitas mãos, sem que isso venha a significar, em momento algum, que as nossas convicções e lealdade partidária venha a sofrer indesejáveis influências quando na defesa de nossos pontos de vista, que devem representar, sempre, com absoluta nitidez, os pontos de vista dos que nos honraram com seus votos.

COMISSÃO DE TURISMO

2. PROPOSTA DE TRABALHO

2.1 Objetivos da Comissão:

Contribuir, de forma sistematizada, para o fortalecimento das atividades representativas do setor turístico do Estado mediante a implementação de ações conjugadas, a serem desenvolvidas com apoio das entidades integrantes do sistema governamental, em seus diferentes níveis de decisão.

2.2 Instrumentos de Ação:

2.2.1 Entrevistas Pessoais

Através de contatos com dirigentes de entidades públicas e privadas ligadas ao setor, tendo em vista a obtenção de um quadro geral da situação e das perspectivas que ela encerra, diante do quadro institucional vigente.

2.2.2 Pesquisa Bibliográfica

Avaliação direta das questões que mais de perto afetam ao setor, mediante o estudo de programas e projetos setoriais disponíveis junto às entidades que atuam nessa área.

2.2.3 Seminários Regionais

A serem realizados dentro de programação pre-estabelecida, com a finalidade de debater amplamente as questões que interessam ao setor, com a participação de autoridades da área federal, estadual e municipal e dirigentes de entidades classistas, bem como de integrantes do Poder Legislativo, detentores de maior densidade eleitoral em cada uma das comunidades que vierem a se

constituir em sede regional do seminário.

2.2.3.1 Organização dos Seminários

Em linhas gerais, são previstas reuniões com autoridades constituídas e elementos representativos da iniciativa privada, durante 2 dias consecutivos, preferencialmente em finais de semana.

Os seminários terão início, nesse caso, aos sábados, sendo que a abertura dos trabalhos será feita pelo Presidente da Mesa, que proferirá palestra abordando os mais importantes aspectos relacionados ao setor Turismo, no contexto macroeconômico do Estado e País.

A seguir, fará uma palestra um dos integrantes da Comissão, onde serão detalhados os principais instrumentos à disposição dos empresários efetivos e potenciais, com vistas à viabilização de empreendimentos turísticos, após

o que será interrompida a reunião; em seguida, serão feitos esclarecimentos sobre as questões que vierem a ser formuladas pelos participantes.

No domingo, serão submetidas à apreciação dos representantes as conclusões dos trabalhos, a serem elaborados por Grupo de Estudos constituído especialmente para essa finalidade, quando será, então, encerrado o Seminário com palestras, a serem proferidas por parlamentares que representam a região.

O detalhamento desta Proposta de Trabalho, bem como a verificação de pré-requisitos necessários à sua operacionalização serão objeto de debate específico entre os membros desta Comissão de Turismo, situando-se, desde já, como um dos itens de maior prioridade entre os que serão examinados em nossas reuniões.